



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, setembro de 2008



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SUBSECRETÁRIO GERAL

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Fabrizio R. Valle Dantas Leite

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Josélia Castro de Albuquerque

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Marco Aurélio Alves de Mendonça

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Valéria Barbosa

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Paula Quedinho

Carolina Barbosa Corrêa

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Fabrcio Marques Santos

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

Maria Helena Pitombeira

Raphael Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Regina Helena Cavalcanti Milione

Renata dos Santos

Renata G. Rimes de Almeida

Renata Pimentel Lins

Ubyrajara de Souza Filho



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal por que vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2203-7929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070.000

Sumário

Apresentação	6
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	8
II. Resultado Fiscal	9
II.1 Resultado Orçamentário	9
II.2 Resultado Primário	10
III. Receita Estadual	11
III.1 Receitas Correntes	11
III.1.1 Receita Tributária	11
III.1.3 Receita de Transferências	16
III.1.4 Demais Receitas Correntes	17
III.2 Receitas de Capital	18
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	19
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso	19
IV. 2 Despesa por grupo	20
IV. 3 Despesa por área de governo	22
IV. 3.1 Saúde	23
IV. 3.2 Educação	27
IV. 3.3 FECAM	30
IV.4 Cota Financeira	32
V. Administração Financeira	33
V.1 Pagamento de PD's	33
V.1.1 – Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	35
V.2 Aplicações de Recursos	36
V. 3 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	37



V.3.1 Restos a Pagar das Fontes Tesouro	37
V.3.2 Restos a Pagar da Fonte FECAM	38
V.3.3 Oferta Pública de Recursos	39
V.4. Requisições Judiciais de Pagamento	40
V.4.1 Precatórios	40
V.4.2 Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV	41
V. 5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço	42
V.5.1 Dispêndio com a dívida pública	42
V.5.2 Dívida Financeira x Receita Líquida Real	43
V.5.3 Receita de Operações de Crédito	44

Anexos

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada – Índice Saúde

Anexo 8 – Despesa Liquidada – Índice Educação

Anexo 9 – Despesa Liquidada – Índice FAPERJ

Anexo 10 – Despesa Liquidada – Índice FECAM

Apresentação

Este é o quarto número de um boletim bimestral preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro com vistas a aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual. Esse controle tem pelo menos duas dimensões. A primeira liga-se ao reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão de receita. Despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Só assim eles poderão ser honrados tempestivamente e sem sobressaltos. Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. Essa é, portanto, a dimensão de solvência e previsibilidade no gasto. A segunda dimensão tem a ver com a aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar entre outros os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade, e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos. O boletim procura cobrir ambas as dimensões.

O Estado reafirma assim seu compromisso com a responsabilidade fiscal e a transparência, fazendo chegar mais informações ao cidadão contribuinte. Os dados aqui

Despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.



disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 15/09/08. A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado e a receita ao de realizada, ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias. A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago. Assinale-se que por uma peculiaridade do Estado do Rio de Janeiro, o orçamento da empresa de águas e saneamento – CEDAE encontra-se inserido no orçamento do Estado, não obstante o caráter crescentemente independente desta empresa. Para atenuar a distorção que esse legado histórico ainda impõe às contas públicas, o boletim procura identificar e segregar o efeito das receitas e despesas da CEDAE sobre as contas do resto do governo.

O Boletim é dividido em cinco seções além desta apresentação. A primeira faz uma breve análise das metas bimestrais de arrecadação e cronograma de desembolso do Estado do Rio de Janeiro. A segunda demonstra o resultado fiscal do período de janeiro a agosto, tanto no conceito primário, como orçamentário. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita, enquanto a analisa a despesa, tanto no seu agregado de execução orçamentária, quanto no detalhe da aplicação em alguns órgãos-chave. A quinta seção apresenta elementos da política financeira do Estado, notadamente o pagamento das despesas atuais e a publicidade deste ato, assim como o pagamento dos restos a pagar deixados por administrações anteriores, e de precatórios judiciais decorrentes de ações de administrações anteriores corrigidas pela Justiça. Esta última seção cobre ainda o serviço e desembolsos da dívida do Estado e os indicadores de solvência do Ente.

Por uma peculiaridade do Estado do Rio de Janeiro, o orçamento da empresa de águas e saneamento — CEDAE encontra-se inserido no orçamento do Estado, não obstante o caráter crescentemente independente desta empresa.

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro¹

A arrecadação no período de janeiro a agosto superou o projetado em 10,1%. Em decorrência desse resultado, a receita projetada para o ano foi reavaliada, passando de R\$41.346 milhões, para R\$42.968 milhões. Esta reavaliação permitirá a ampliação de certas despesas e revisão da programação orçamentária e financeira anunciada em meses anteriores.

A receita tributária excedeu a projeção em 6,7%, com crescimento da arrecadação do ICMS em 14,2% em relação ao mesmo período de 2007. Por seu lado, a receita de petróleo e gás excedeu a projeção inicial em 32%. A receita de Certificados Financeiros do Tesouro de propriedade do Rioprevidência também apresentou um comportamento acima do projetado na primeira metade do ano, porque o contrato de aceleração de vencimento desses ativos, concluído após a publicação da programação anual de receitas, estabeleceu um cronograma de vencimento mais rápido do que o inicialmente previsto. Dessa forma, o “excesso” de receita observada até o fim do quarto bimestre deverá ser revertido até o final do ano, exceto pela parte que corresponde à valorização acima do previsto do papel, devida ao aumento do IGP-DI, pelo qual o valor de face dos títulos é corrigido ao momento do seu resgate. Como resultado desses dois fatores, as receitas patrimoniais excederam as projeções em 41,6% (tabela 1).

A receita de contribuições manteve-se um pouco abaixo da projetada, já que a folha de pessoal, que lhe serve de base de cálculo, vem evoluindo de maneira prudente. As receitas de serviços, aí incluídas aquelas provenientes da cobrança de tarifas pela empresa de água e saneamento – CEDAE

**As receitas estaduais
excederam as projeções
do início do ano de 2008**

Tabela 1

META DE ARRECAÇÃO DA RECEITA (JAN - AGO 2008) (art 8º da LRF)

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	Meta de Receita Jan Ago 2008	Receita Realizada Jan - Ago 2008	% REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	23.428.747	26.573.338	113,4%
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.976.925	14.910.685	106,7%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	540.806	507.609	93,9%
RECEITA PATRIMONIAL	4.089.092	5.792.111	141,6%
RECEITA AGROPECUÁRIA	41	21	50,6%
RECEITA INDUSTRIAL	49.991	51.844	103,7%
RECEITA DE SERVIÇOS	1.820.261	2.069.703	113,7%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.479.473	2.613.257	105,4%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	472.158	628.109	133,0%
RECEITAS DE CAPITAL	1.006.805	297.355	29,5%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	289.502	115.828	40,0%
ALIENAÇÕES DE BENS	22	194	871,4%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	60.620	65.397	107,9%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	656.496	112.349	17,1%
OUTRA RECEITAS DE CAPITAL	164	3.586	2184,2%
Total	24.435.552	26.870.693	110,0%

¹ Os valores de receita e despesa incluem o orçamento da Imprensa Oficial. Em anexo, encontra-se um quadro de receita e despesa deste órgão.



apresentaram dinamismo inédito, com desempenho 13% acima do projetado. As transferências correntes, e.g., do Governo Federal, também apresentaram um crescimento forte, mas somente 5% acima do esperado.

As receitas de capital permanecem abaixo da meta, fundamentalmente por causa do atraso nas transferências de capital, que somaram apenas 17% do previsto.

A execução orçamentária (despesa paga) até o quarto bimestre de 2008 atingiu 100,2% das metas fixadas em cumprimento ao artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. A execução da despesa 0,2% acima da meta prevista para o período demonstra que na média os recursos vêm fluindo como previsto.

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)					
ESTADO DO RIO DE JANEIRO / JAN-AGO 2008					
R\$ MIL					
GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXECUÇÃO JAN-AGO	DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA JAN-AGO 2008*	RP 2007 PAGO	DESPESA TOTAL REALIZADA JAN-AGO 2008	% REALIZADO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.195.300	5.099.641	607.585	5.707.226	92,1%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.210.611	14.381.614	869.651	15.251.265	107,3%
INVESTIMENTOS/INVERSÕES	1.159.963	498.296	167.781	666.077	57,4%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÃO	2.194.910	2.176.242		2.176.242	99,1%
TOTAL	23.760.784	22.155.792	1.645.017	23.800.809	100,2%

*Considerada a despesa paga e excluídas as despesas intra-orçamentárias.

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO 2007/ JAN-AGO 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil		var %
	2007 Jan-Ago	2008 Jan-Ago	
I. RECEITA TOTAL (A)	22.624.944	26.870.693	18,8%
I.1 RECEITA CORRENTE	22.441.477	26.573.338	18,4%
I.1.1 Receita Tributária	13.142.472	14.910.685	13,5%
I.1.2 Receita Patrimonial	3.802.798	5.792.111	52,3%
I.1.3 Receita de Transferências	2.004.293	2.613.257	30,4%
I.1.4 Demais Receitas Correntes	3.491.914	3.257.286	-6,7%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	183.467	297.355	62,1%
II. DESPESA TOTAL (B)	21.438.297	24.286.932	13,3%
II.1 DESPESA CORRENTE	20.369.440	23.195.913	13,9%
II.1.1 Pessoal e Encargos Sociais	9.259.382	10.121.226	9,3%
II.1.2 Demais Despesas Correntes	9.562.194	11.421.192	19,4%
II.1.2.1 Juros e Encargos da Dívida	1.547.864	1.643.496	6,2%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.068.857	1.091.019	2,1%
II.2.1 Investimentos	549.662	473.092	-13,9%
II.2.2 Inversões Financeiras	8.939	84.935	850,2%
II.2.3 Amortização da Dívida	510.257	532.992	4,5%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A-B)	1.186.647	2.583.761	117,7%

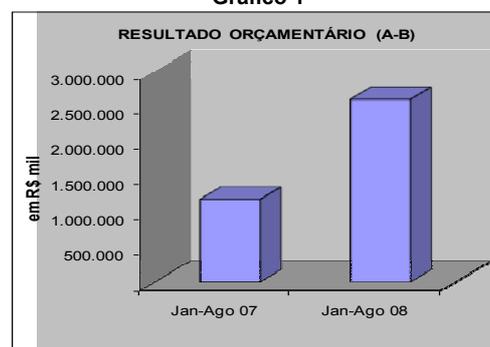
II. Resultado Fiscal²

O resultado fiscal³ do segundo quadrimestre confirma a tendência observada desde o começo do ano, mantendo-se acima dos resultados obtidos no período equivalente de 2007, tanto no que se refere ao resultado orçamentário quanto ao primário.

II.1 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do Governo Estadual nos dois primeiros quadrimestres de 2008 foi superavitário em R\$ 2.583,76 milhões, o que representa um crescimento de 117,7% com relação ao superávit de R\$ 1.186,64 milhões, obtido no mesmo período do ano passado. A persistência e ampliação de bons resultados, mesmo contando fatores sazonais, ficam evidentes pelo aumento acumulado de 18,8%

Gráfico 1



² O resultado fiscal exclui a receita e a despesa intra-orçamentária.

³ Nesta seção, a despesa é analisada pela ótica da liquidação, ao contrário da análise apresentada na primeira seção, em que em conformidade com a LRF utiliza-se o conceito de despesa efetivamente paga.

da receita (+R\$ 4.245,74 milhões), superior aos 13,3% (+R\$ 2.848,63 milhões) de incremento da despesa (Tabela 3).

O item “Pessoal e Encargos Sociais”⁴ continuou a apresentar significativo crescimento real (acima do índice de preços), alcançando incremento nominal de 9,3% (Tabela 3). Tal crescimento se explica primeiro pelo cumprimento dos aumentos de salários “em escadinha” legislados em 2006, com alcance tanto no Executivo quanto nos outros Poderes. Estes aumentos, que beneficiaram principalmente as carreiras de maior remuneração, alcançaram em alguns casos mais de 35% nos dois anos que se encerraram em agosto de 2008. Além disso, carreiras que não haviam recebido aumentos em quase dez anos, como a polícia militar e o magistério, receberam um aumento de 4% em setembro de 2007. Essas carreiras receberam novo aumento, de 8%, em setembro de 2008, com efeitos que ainda se manifestarão nas contas do presente ano.

As demais despesas correntes aumentaram em 19,4% (tabela 3.1). Esse crescimento se deve em grande parte ao aumento da contribuição do Estado ao FUNDEB⁵ (+35,9%), ainda que se observe que tanto as transferências para estados e municípios (+15,6%) como “Outras Despesas Correntes” (+17,6%) apresentaram considerável aumento real, especialmente na área da saúde.

II.2 Resultado Primário⁶

O resultado primário nos oito primeiros meses de 2008 ultrapassou em 46,7% a cifra equivalente para o mesmo período do ano anterior (Tabela 4). Este resultado se explica pela elevação em 18,2% das receitas não-financeiras, acima, portanto, do crescimento de 13,8% das

O resultado orçamentário melhorou, com receitas crescendo mais rápido que despesas

Tabela 3.1

DEMAIS DESPESAS CORRENTES

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Ago	Jan-Ago	
Demais Despesas Correntes	9.562.194	11.421.192	19,4%
Transf. Municípios	3.183.173	3.678.972	15,6%
Transf. FUNDEB	1.323.087	1.797.967	35,9%
Outras	5.055.934	5.944.253	17,6%

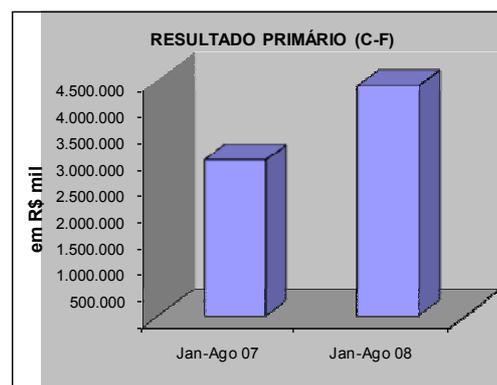
Tabela 4

RESULTADO PRIMÁRIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO 2007/ JAN-AGO 2008

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Ago	Jan-Ago	
RECEITA (A)	22.624.944	26.870.693	18,8%
RECEITAS FINANCEIRAS (B)	268.672	439.292	63,5%
RECEITA NÃO-FINANCEIRA (C)	22.356.272	26.431.401	18,2%
DESPESA* (D)	21.438.297	24.286.932	13,3%
DESPESAS FINANCEIRAS (E)	2.063.249	2.228.484	8,0%
DESPESA NÃO-FINANCEIRA (F)	19.375.047	22.058.448	13,8%
RESULTADO PRIMÁRIO (C-F)	2.981.225	4.372.952	46,7%

Gráfico 2



⁴ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

⁵ Estas serão comentadas com mais detalhe no item III.1.3 (Receitas de Transferências).

⁶ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

despesas não-financeiras. O fortalecimento do resultado primário implica sólida melhora da capacidade de endividamento do Estado, mesmo quando descontados os efeitos das receitas da CEDAE.

III. Receita Estadual

Nos primeiros oito meses do ano, a receita estadual alcançou R\$ 26.870,69 milhões, crescendo 18,8% (R\$ 4.245,74 milhões) frente ao mesmo período do ano anterior, impulsionadas pela receita tributária e patrimonial.

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes apresentaram nos primeiros quatro bimestres uma variação positiva de 18,4% (+R\$ 4.131,86 milhões) em relação ao mesmo período de 2007. Especificamente, as receitas tributárias cresceram 13,5% (+ R\$1.768,21 milhões), enquanto as receitas patrimoniais cresceram 52,3% (R\$ 1.989,31 milhões). O crescimento das receitas patrimoniais foi acelerado pelo aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional e pela superação de paradas e atrasos nos cronogramas de produção de petróleo observados em 2007; relevante também foi a aceleração do resgate de alguns ativos financeiros do Rioprevidência (CFTs), acordada na segunda metade de 2007. As transferências correntes cresceram 30,4% (+R\$608,96 milhões), enquanto as receitas de serviços (onde se incluem convencionalmente as receitas advindas da cobrança de tarifas comerciais e residenciais pelos serviços de abastecimento de água e saneamento proporcionados pela da companhia estadual de águas e saneamento – CEDAE) aumentaram em 23,3% (+R\$390,77 milhões).

III.1.1 Receita Tributária

O aumento do ICMS - e do Adicional de ICMS - reflete a dinâmica da arrecadação do principal tributo do Estado (Tabela 6). Em particular, o crescimento mais lento do

Tabela 5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO 2007/ JAN-AGO 2008

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Ago	Jan-Ago	
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.142.472	14.910.685	13,5%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	529.001	507.609	-4,0%
RECEITA PATRIMONIAL	3.802.798	5.792.111	52,3%
RECEITA AGROPECUÁRIA	14	21	50,7%
RECEITA INDUSTRIAL	43.638	51.844	18,8%
RECEITA DE SERVIÇOS	1.678.934	2.069.703	23,3%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.004.293	2.613.257	30,4%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.240.327	628.109	-49,4%
RECEITAS CORRENTES	22.441.477	26.573.338	18,4%
RECEITAS DE CAPITAL	183.467	297.355	62,1%
Total	22.624.944	26.870.693	18,8%

As receitas tributárias cresceram 13,5% em 2008, comparada com aquela dos dois primeiros quadrimestres de 2007

Tabela 6

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO 2007/ JAN-AGO 2008

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Ago	Jan-Ago	
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.142.472	14.910.685	13,5%
ICMS	9.884.838	11.285.736	14,2%
Adicional do ICMS	1.117.690	1.235.176	10,5%
IRRF	689.477	749.366	8,7%
IPVA	979.903	1.093.976	11,6%
ITD e ITBI	128.200	165.539	29,1%
Taxas	342.364	380.891	11,3%

A dependência da receita tributária em setores regulados como eletricidade amortece o dinamismo da arrecadação do Estado

Adicional do ICMS reflete sua dependência dos serviços regulados de eletricidade e telecomunicações, cuja arrecadação vem apresentando dinamismo moderado, assim como da distribuição de combustível, a qual também tem tido uma evolução fraca.

O fato de mais da metade da arrecadação do próprio ICMS ter por base os Serviços de Comunicação (18%), Energia Elétrica (15%) e distribuição de combustível (> 10%) distingue o Rio de Janeiro de outros estados onde essas atividades reguladas correspondem a proporções menores da receita total do tributo (e.g., 33% em São Paulo).

Enquanto, por exemplo, o setor de Metalurgia e Siderurgia apresentou crescimento de 52% (+R\$ 216,49 milhões), e o de material viário de 29%, o setor de comunicações apresentou crescimento de apenas 10% (+R\$ 181,59 milhões) e o de energia elétrica contraiu-se em 2% (-R\$ 29,07 milhões). A redução da arrecadação no setor de energia elétrica se deve à queda na tarifa (-7% em novembro de 2007), assim como ao aumento dos chamados Consumidores Livres, cujo ICMS sobre a eletricidade é contabilizado no próprio setor da empresa consumidora deste serviço.

A redução, no quarto bimestre, da defasagem no repasse pela União do Imposto de Renda (IRPF) pago por inativos e pensionistas do Estado, de direito do Estado por determinação constitucional, elevou o valor desta rubrica em 8,7% nos dois primeiros quadrimestres de 2008, vis-à-vis 2007, revertendo seu fraco crescimento no primeiro semestre do ano (+1,2%).

O IPVA apresentou um crescimento nos oito meses de 11,9% (R\$ 114,07 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, acima do crescimento do número de veículos cadastrados no Estado, que foi de 6%⁷. Nos últimos três meses, o crescimento tem sido da ordem de

Tabela 6.1

ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ACUMULADO 2007/ 2008

Atividade	2007		Part %	2008		var %
	Jan-Ago	(A)		Jan-Ago	(B)	
01 Bebidas	550.585,7		5,57	602.617,2	5,34	9%
02 Editorial e Gráfica	254.785,9		2,58	275.867,6	2,44	8%
03 Eletro-Eletrônico	148.244,0		1,50	148.145,3	1,31	0%
04 Energia Elétrica	1.711.776,3		17,32	1.682.705,5	14,91	-2%
05 Metalurgia/Siderurgia	415.938,8		4,21	632.435,1	5,60	52%
06 Perfumaria/Cosméticos	236.609,4		2,39	270.226,1	2,39	14%
07 Petrolífera / Petroquímica	1.210.140,7		12,24	1.417.379,2	12,56	17%
08 Produtos Alimentícios	279.055,2		2,82	288.563,0	2,56	3%
09 Produtos Farmacêuticos	378.588,0		3,83	402.310,6	3,56	6%
10 Química	317.873,3		3,22	392.237,4	3,47	23%
11 Serviços Comunicação	1.898.906,3		19,21	2.080.497,3	18,43	10%
12 Serviços de Transporte	130.934,3		1,32	132.766,1	1,18	1%
13 Supermercados (atacado/varejo)	528.102,9		5,34	566.652,1	5,02	7%
14 Têxtil / Vestuário	263.719,8		2,67	276.377,6	2,45	5%
15 Transporte Viário	302.094,5		3,06	389.028,5	3,45	29%
Sub-Total	8.627.325,3		87,28	9.557.808,5	84,67	11%
Outras Atividades	1.257.495,7		12,72	1.730.578,8	15,33	38%
Total Arrecadação ICMS	9.884.821,0		100,00	11.288.387,3	100,00	14%

⁷ Conforme dados do DETRAN RJ constantes do site www.detran.rj.gov.br.

30% em relação a igual período de 2007, refletindo a maior atenção da administração estadual em relação a este tributo, inclusive através da inscrição na dívida ativa daqueles contribuintes inadimplentes com respeito ao imposto devido de 2003. A administração tem mantido a expectativa de que o imposto devido em 2008 também passe a apresentar menor índice de inadimplência na esteira de esforços de cobranças e medidas em conjunto com a rede bancária para facilitar o pagamento do tributo.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações—ITD consolidou o crescimento observado a partir de meados de 2007, apresentando um crescimento de 29,1% (+R\$ 37,33 milhões) nos dois primeiros quadrimestres de 2008. A administração estadual considera ampliar o trabalho conjunto com a Receita Federal no caso das doações declaradas no Imposto de Renda de Pessoa Física (que são tributadas em 4% pelo Estado), e assinou recentemente convênio com a prefeitura de Volta Redonda para simplificar e integrar o cálculo o ITD sobre transmissão de imóveis à base de dados da prefeitura usada para calcular o imposto de transmissão inter-vivos ITBI. Processo similar desenvolvido com a prefeitura do município do Rio de Janeiro apresentou resultado significativo nos últimos 18 meses⁸.

A arrecadação das taxas de prevenção e extinção de incêndio refletiu-se no aumento de 11,3% (+R\$38,53 milhões) na arrecadação total das taxas nos dois primeiros quadrimestres de 2008 em comparação com igual período de 2007.

A arrecadação do ITD cresceu 29,1% em relação aos primeiros oito meses de 2007, mostrando que as medidas de cooperação com a Receita Federal e de simplificação do recolhimento continuam a fazer-se sentir.

⁸ A arrecadação do ITD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e por Doação de Quaisquer Bens e Direitos) cresceu 39% ao longo de 2007, especialmente no segundo semestre. O crescimento da receita decorrente de transações com bem móveis se explica principalmente pela tributação das doações. O crescimento do tributo sobre bens imóveis (que corresponde a 2/3 do recolhimento do imposto), se deveu à simplificação do processo obtida com as novas regras para pagamento do ITD estabelecidas pela Secretaria de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado no começo de 2007. No segundo semestre, houve ainda a implantação de um sistema de informática que permite agilizar o cálculo e pagamento do tributo via internet, que foi resultado de parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Secretaria de Fazenda do Estado do RJ. Este sistema deve ser expandido a outras municipalidades que manifestem interesse e tenham bancos de dados do valor dos imóveis em base eletrônica.

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

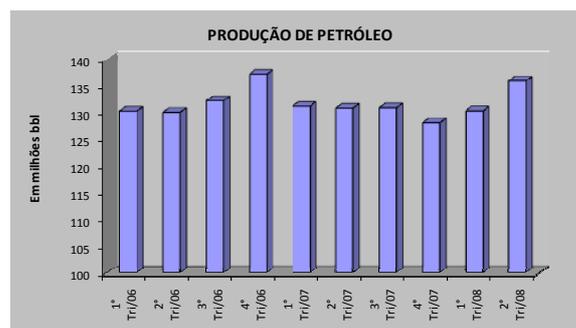
A Receita Patrimonial alcançou R\$ 5.792,12 milhões no acumulado dos primeiros oito meses de 2008 (Tabela 7), tendo crescido em R\$ 1.989,32 milhões (+52,3%). Neste grupo, destacam-se os aumentos das participações governamentais na produção de petróleo e gás em R\$ 1.012,46 milhões (+ 50%) e da receita decorrente da aceleração do resgate dos Certificados Financeiros do Tesouro (CFT's) de propriedade do Rioprevidência, cujo aumento foi de R\$ 448,11 milhões (77,7%).

O aumento da receita de Royalties e Participações Especiais (PE) deve-se principalmente à alta sustentada do preço do barril de petróleo, no mercado internacional. A receita dos dois quadrimestres incluiu três PE (fevereiro, maio e agosto) e oito receitas de royalties. A receita de royalties cresceu 43,5%, enquanto a de Participações Especiais cresceu 50%, apesar da expectativa dessas receitas terem uma elasticidade muito acima da unitária em relação ao preço do petróleo. Como explicado no boletim anterior, o fraco desempenho das Participações Especiais se explica por um efeito de composição em que a produção dos campos com alíquotas mais altas vem diminuindo de forma acentuada, enquanto a produção de campos isentos ou com alíquotas mais baixas apresentam algum crescimento. Na medida em que campos como Marlin Sul não continuem apresentando forte contração na produção, as Participações Especiais devem apresentar maior vigor, não obstante a queda do preço internacional do petróleo observada a partir de agosto de 2008.

Tabela 7
RECEITA PATRIMONIAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO 2007/ JAN-AGO 2008

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Ago	Jan-Ago	
RECEITA PATRIMONIAL	3.802.798	5.792.111	52,3%
Petróleo	3.023.102	4.469.100	47,8%
Royalties	996.272	1.429.259	43,5%
Participação Especial	2.025.710	3.038.173	50,0%
FEP	1.120	1.668	48,8%
CFT's	577.016	1.025.126	77,7%
Aplicações Financeiras	170.387	257.873	51,3%
Demais Receitas Patrimoniais	32.293	40.012	23,9%

Gráfico 3


O aumento do valor do petróleo em dólares em 67,5% no período base (Nov/07-Jun/08) mais que compensou a redução da produção em 0,3% no Estado do Rio de Janeiro—que esteve bastante deprimida no começo de 2008—e a apreciação do câmbio em 17,2% (Tabela 8).

A receita do resgate de haveres financeiros do Rioprevidência (CFT), convencionalmente incluída entre as receitas correntes, é resultado de uma operação com o Tesouro Nacional estabelecida em 1999 pela qual o Estado obteve ativos financeiros do Tesouro (os CFTs) contra a troca de um fluxo de pagamentos respaldados pela receita de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás natural, que se estende até 2014.⁹ Os recursos obtidos com o resgate desses haveres do Rioprevidência cresceram bastante nestes dois quadrimestres, tanto por conta da aceleração no cronograma de resgate desses títulos acertada com a União em 2007, como porque o valor de resgate desses certificados é indexado ao IGP, que aumentou em 12,8 % entre agosto de 2007 e agosto de 2008.

O retorno das aplicações financeiras do Estado, por seu lado, aumentou em 51,4% (+87,50 milhões). Este desempenho deve-se a pelo menos dois fatores. Primeiro, o ordenamento do fluxo de caixa estadual, com, por exemplo, a implantação da cota financeira. Segundo, a migração da aplicação dos saldos financeiros do Estado para fundos de melhor rentabilidade, desenvolvida pela Subsecretaria de Finanças junto às instituições financeiras que servem ao Estado.

O aumento do preço do petróleo em dólares compensou a atonia da produção em 2007 e começo de 2008, assim como a apreciação do Real em relação ao período base

Tabela 8

Discriminação	Nov/06 - Jun/07	Nov/07 - Jun/08	Var. %
Produção (milhões de bbl)	353,27	352,32	-0,3%
Brent (US\$/bbl)	62,60	104,82	67,5%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,07	1,72	-17,2%

A receita das aplicações financeiras aumentou em 51,4%, em decorrência do ordenamento do caixa e negociação de melhores termos com os bancos que servem ao Estado

⁹ Assinale-se que a receita de Royalties e Participações Especiais vinculada contratualmente ao pagamento da compra destes títulos não é descontada das receitas correntes líquidas do Estado, estando esse pagamento apenas consignado como uma das despesas do Estado. Ou seja, a Receita Corrente Líquida do Estado inclui por convenção a receita patrimonial usada para a permuta dos CFTs e o valor do resgate escalonado desses mesmos títulos.

III.1.3 Receita de Transferências

A receita de transferências foi de R\$ 2.613,26 milhões nos primeiros oito meses de 2008, crescendo 30,4% em relação a 2007. A receita de retorno do FUNDEB (responsável por 36,6% do total de receitas de transferências) cresceu 49,9% em relação ao mesmo período de 2007. Este crescimento reflete a parcela transferida pela União a partir da regulamentação da emenda constitucional criando o FUNDEB, assim como o simples retorno de parte das contribuições do próprio Estado ao fundo, as quais cresceram 35,9% (+R\$474,88 milhões)¹⁰. Como as contribuições do Estado são maiores do que a receita que ele recebe de volta, apesar do crescimento percentual destas serem maior do que aquele da contribuição do Estado, a perda líquida do Estado (diferença entre aporte e retorno) aumentou em 22,8% no período, evidenciando crescente apoio do Estado às atividades educacionais desenvolvidas pelos municípios.

As transferências da União representam uma parcela menor, mas não desprezível, das receitas do Estado. O Estado do Rio de Janeiro não está entre os 20 estados que mais recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados-FPE, assim como não está entre os principais estados a receber recursos da CIDE, do SUS, ou do FUNDEB. Não obstante, as receitas de transferências aumentaram 18,2% (+70,19 milhões) nos primeiros dois quadrimestres de 2008 devido ao aumento cíclico do imposto de renda pago pelas empresas IRPJ e do IPI, com destaque para o IPI automóveis¹¹. O IPI Exportação teve um incremento ainda mais forte, alcançando 37% (+R\$

Tabela 9
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO 2007/ JAN-AGO 2008

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Ago	Jan-Ago	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	2.004.293	2.613.257	30,4%
Transf da União	1.270.357	1.539.393	21,2%
FPE	379.777	476.458	25,5%
IPI exp	255.341	349.698	37,0%
IOF	55	50	-9,0%
CIDE	70.930	67.087	-5,4%
SUS	311.693	417.431	33,9%
Salário Educação	138.901	159.795	15,0%
Lei Kandir	57.184	57.184	0,0%
Demais Transf. da União	56.476	11.690	-79,3%
FUNDEB	638.846	957.397	49,9%
Convênios	94.830	115.041	21,3%
Outras Transf. Correntes	259	1.426	449,7%

O Rio de Janeiro não está entre os principais estados a receber transferências da União, especialmente FPE, CIDE ou repasses do SUS

¹⁰ A Emenda Constitucional Nº 53/2006 aumentou as vinculações dos tributos e transferências antes associados ao FUNDEF (ICMS, FPE, IPI-exp e Lei Kandir) e incorporou outras receitas tributárias como fonte de financiamento (IPVA e ITD), com evolução progressiva em três anos, chegando a 2009 com uma vinculação de 20% para todos os tributos.

¹¹ A participação do Estado do Rio de Janeiro no FPE corresponde a 1,5277% do total transferido pela União, muito abaixo da participação do Estado na arrecadação do Imposto de Renda e do IPI que lhe servem de base.

94,35 milhões). As transferências do SUS, por sua vez, aumentaram 33,9%, na esteira do recálculo do custo dos serviços tomados por base para a indenização pelos serviços prestados no Estado.

No acumulado do ano, as transferências do Salário Educação cresceram 15,0%. Por outro lado, a CIDE teve uma queda de 5,4%, refletindo a redução da alíquota determinada pela União com o intuito de controlar alguns agregados macroeconômicos.

As receitas de convênios totalizaram R\$ 115,04 milhões nos dois primeiros quadrimestres, o que representa uma elevação de 21,3% relativamente ao mesmo período do ano passado.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

Tabela 10

DEMAIS RECEITA CORRENTES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO 2007/ JAN-AGO 2008

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Ago	Jan-Ago	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	3.491.914	3.257.286	-6,7%
Receita de Contribuições	529.001	507.609	-4,0%
Receita Agropecuária	14	21	50,7%
Receita Industrial	43.638	51.844	18,8%
IMPRESA OFICIAL	43.615	53.430	22,5%
Receita de Serviços	1.678.934	2.069.703	23,3%
CEDAE	1.189.114	1.505.685	26,6%
Dívida Ativa, Multas e Restituições	269.567	296.684	10,1%
Receitas Diversas	970.760	331.425	-65,9%

As Demais Receitas Correntes, que incluem as receitas de serviços, não apresentaram em 2008 receitas extraordinárias, como a associada à venda da folha de pagamento do Estado ao Banco Itaú, efetuada em 2007. Ajustando-se para esse fator, as Demais Receitas Correntes apresentaram um crescimento de 18,8% nos primeiros oito meses de 2008 em comparação ao mesmo período de 2007, em contraste com a queda aparente de 6,7% (-R\$234,62 milhões) no agregado nominal (Tabela 10).

As receitas de serviços da CEDAE¹², que ainda se mesclam com as outras receitas do orçamento do Estado na rubrica de Receita de Serviços, tiveram incremento de 26,6% em relação a 2007, com aumento de R\$ 316,57 milhões nos dois primeiros quadrimestres de 2008. Estas

Ajustando-se a base das Demais Receitas Correntes para a receita extraordinária da venda da folha de pagamento do Estado em 2007, esta rubrica cresceu 18,8% nos primeiros oito meses de 2008 em relação a igual período de 2007.

¹² A receita da CEDAE, que é uma empresa de economia mista, ainda enquadrada dependente, representa 6% da receita total do Estado, e aproximadamente 9% da Receita Corrente Líquida. A principal contribuição do Estado para a CEDAE nos últimos anos tem sido através de transferências do financiamento de seu investimento com recursos do FECAM. Recentemente, o Estado regularizou suas relações com a empresa, passando a pagar pelos serviços que consome.

receitas correspondem a aproximadamente 70% das Receitas de Serviço do Estado, que se completam principalmente com a receita do Detran obtida pela execução de exames e vistorias.

A modernização da Imprensa Oficial já se reflete também em aumento da sua receita, que cresceu 22,5% nos primeiros oito meses de 2008. As receitas de Multas, e Restituições e Dívida Ativa vêm mantendo um crescimento de receitas da ordem de 10%. O desempenho da última reflete o trabalho conjunto do Executivo com o Tribunal de Justiça do Estado.

A modernização da Imprensa Oficial já se reflete em um aumento de receitas de 25% nos oito meses de 2008

III.2 Receitas de Capital

As receitas de capital, que incluem o desembolso de empréstimos, aumentaram 62,1% (+R\$ 133,88 milhões) nos dois primeiros quadrimestres de 2008 em comparação ao mesmo período de 2007, alcançando R\$297,35 milhões.

Os desembolsos das operações de crédito totalizaram R\$115,83 milhões no período, sendo R\$62,53 milhões referentes às obras de expansão do metrô, financiadas pelo BNDES, R\$50,29 milhões do Programa Estadual de Transporte – PET (investimento em trens), financiado pelo Banco Mundial, e R\$ 3 milhões do Programa de Modernização das Administrações Estaduais (PMAE), também de recursos vindos do BNDES.

Nos primeiros oito meses de 2008, a receita com alienação de bens foi de apenas R\$ 194 mil no acumulado do ano, abaixo dos também modestos R\$ 768 mil verificados no primeiro semestre do ano anterior.

Por fim, a receita com amortização de empréstimos, proveniente do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES, foi de R\$ 65,39 milhões (+144,6%). A recuperação dos valores emprestados é em parte

Tabela 11

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO 2007/ JAN-AGO 2008

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Ago	Jan-Ago	
RECEITAS DE CAPITAL	183.467	297.355	62,1%
Operações de Crédito	70.783	115.828	63,6%
Alienação de Bens	768	194	-74,7%
Amortiz. de Empréstimos	26.735	65.397	144,6%
Transferências de Capital	85.113	112.349	32,0%
Outras Receitas de Capital	69	3.586	5079,9%

As receitas de capital aumentaram 62%, refletindo maior desembolso de empréstimos e transferências de capital, assim como a amortização de empréstimos feitos pelo Estado no passado



destinada ao orçamento do Estado, o restante sendo vinculado ao RioPrevidência, constituindo-se em uma de suas receitas próprias para garantir futuras aposentadorias.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

A execução do orçamento de 2008 está ligeiramente acelerada em relação à de 2007. A despesa liquidada¹³ no período de janeiro a agosto deste ano, desconsideradas as despesas intra-orçamentárias, atingiu R\$24,28 bilhões, equivalentes a 59% do orçamento previsto para o exercício, enquanto a execução de 2007, em igual período, atingia 57% (Tabela 12). Essa melhora vem se dando de maneira segura, na esteira da implantação de medidas de administração orçamentária e financeira que conferem aos órgãos de linha maior previsibilidade no processo de execução orçamentária.

A despesa geral vem apresentando um crescimento da ordem de 13%, sem completa homogeneidade entre os Poderes (Tabela 13). Parte do crescimento do Poder Executivo se explica pelo aumento das transferências a Estados e Municípios e outras despesas obrigatórias que variam de acordo com a receita do Estado. Além disso, na parte de Pessoal, aumentos legislados em 2006 continuaram a ter efeitos cumulativos até agosto do presente ano.

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os recursos do Tesouro Estadual financiaram R\$16,41 bilhões das despesas do ERJ até o 4º bimestre de 2008, um crescimento de 9,3% em relação a 2007 (Tabela 14).

As principais alterações no valor das fontes deveram-se a regularizações na execução orçamentária efetuadas a partir de meados de 2007. De particular vulto foi o ajuste decorrente do cumprimento da vinculação de receitas de indenização pela extração do petróleo (royalties e Participações Especiais) diretamente ao Rioprevidência (vide edição do 3º bimestre

¹³ A despesa é analisada pela ótica da liquidação nesta seção.

Tabela 12

DESPESA LIQUIDADADA / PREVISTA - ERJ JAN-AGO2007 / JAN-AGO 2008			
R\$ MIL			
ANO	LIQUIDADADA JAN-AGO	DOTAÇÃO ATUAL	% LIQUIDADADO NO PERÍODO
2007	21.438.297	37.580.671	57,0%
2008	24.286.932	41.177.724	59,0%

Tabela 13

DESPESA POR PODERES - ERJ JAN-AGO2007 / JAN-AGO 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-AGO 2007	JAN-AGO 2008	Δ %
PODER EXECUTIVO	19.560.930	22.267.675	13,8%
ALERJ	266.646	288.427	8,2%
TCE	182.235	206.831	13,5%
TJ	1.155.295	1.199.883	3,9%
MP	273.190	324.116	18,6%
SUBTOTAL	21.438.297	24.286.932	13,3%
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	803.083	948.468	18,1%
TOTAL GERAL	22.241.380	25.235.400	13,5%

Tabela 14

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO2007 / JAN-AGO 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	VAR %
	JAN-AGO	JAN-AGO	
RECURSOS DO TESOURO	15.018.880	16.415.828	9,3%
00 - ORDINÁRIOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS	10.090.693	11.914.939	18,1%
01 - ORDINÁRIOS NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS	486.002	935.238	92,4%
04 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	3.175.185	2.014.192	-36,6%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	117.356	70.261	-40,1%
06 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	360.896	474.081	31,4%
11 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOURO	113.098	76.091	-32,7%
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECF	626.695	897.490	43,2%
26 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CID	48.955	33.537	-31,5%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	6.419.416	7.871.104	22,6%
10 - ARRECADAÇÃO PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	5.189.749	6.475.086	24,8%
12 - CONVÊNIO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	169.720	93.176	-45,1%
13 - CONVÊNIO - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	59.916	65.531	9,4%
15 - FUNDEB	623.393	859.132	37,8%
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	313.937	311.373	-0,8%
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA	4.164	4.280	2,8%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA	58.538	62.526	6,8%
TOTAL GERAL	21.438.297	24.286.932	13,3%



deste Boletim). Com isto, os recursos de Fonte 04 entregues ao Tesouro Estadual contraíram-se em 36,6%, limitando-se essencialmente àqueles necessários ao pagamento à União pelos CFTs adquiridos em 1999 para a capitalização do Rioprevidência. Destarte, a Fonte 04 deixou de custear o pagamento da dívida consolidada do Estado, com correspondente aumento dessas despesas com Fonte 00.

Os Recursos de Outras Fontes (R\$7,87 bilhões) aumentaram em 22,6% nos dois primeiros quadrimestres de 2008, comparados com o mesmo período de 2007. Este crescimento corresponde ao aumento de 37,8% das despesas do FUNDEB, assim como de despesas custeadas com recursos de arrecadação própria (FR 10), cujo aumento de 24,8% (R\$1,28 bilhão) reflete o reforço de receitas, inclusive de royalties, destinadas diretamente ao RioPrevidência e o aumento da receita de tarifas da CEDAE.

As despesas financiadas pelo SUS apresentam comportamento similar ao de 2007, com pequena redução de 0,82% (-2,5% milhões), relacionada ao ritmo de repasse de recursos para os 69 municípios que não possuem estrutura própria para sua gestão.

IV. 2 Despesa por grupo

A despesa total aumentou em 13,4% (+R\$2,86 bilhões) nos primeiros dois quadrimestres de 2008 em relação ao mesmo período de 2007 (Tabela 15). Boa parte deste aumento se explica pelos esforços de regularização do passado, quer pelo pagamento de sentenças e precatórios, quer pelo pagamento de impostos, antes negligenciados. Aproximadamente 1/3 do crescimento da despesa total se explica pelo crescimento da despesa de pessoal (+R\$ 884,57 milhões).

Os juros e encargos da dívida, que somaram R\$ 2,18 bilhões aumentaram 5,8%.

A regularização da aplicação de fontes de receita resultou em aumento das fontes próprias do Rioprevidência

Tabela 15
DESPEAS POR GRUPO*
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO2007 / JAN-AGO 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		VAR %
	2007 JAN-AGO	2008 JAN-AGO	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.579.898	10.464.466	9,2%
1.1 - EXECUTIVO	3.930.663	4.417.713	12,4%
1.2 - ALERJ	225.202	247.782	10,0%
1.3 - TCE	167.161	189.497	13,4%
1.4 - TJ	907.785	925.187	1,9%
1.5 - MP	228.032	254.430	11,6%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	3.797.573	4.093.286	7,8%
1.7 - PREVI-BANERJ	315.082	328.043	4,1%
1.8 - REFER	8.401	8.528	1,5%
2 - JUROS ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.058.121	2.176.488	5,8%
3 - DESPESAS CORRENTES**	9.241.677	11.087.952	20,0%
3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	2.979.245	3.906.823	31,1%
3.1.1 - EXECUTIVO	2.687.289	3.575.333	33,0%
3.1.2 - ALERJ	39.557	38.470	-2,7%
3.1.3 - TCE	14.412	15.369	6,6%
3.1.4 - TJ	205.545	221.362	7,7%
3.1.5 - MP	32.442	56.289	73,5%
3.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.262.433	7.181.129	14,7%
3.2.1 - ENCARGOS COM A UNIÃO / INDENIZAÇÃO	1.756.173	1.704.190	-3,0%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	1.323.087	1.797.967	35,9%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	3.183.173	3.678.972	15,6%
4 - INVESTIMENTOS	549.662	473.092	-13,9%
4.1 - EXECUTIVO	494.690	402.221	-18,7%
4.2 - ALERJ	1.887	2.175	15,3%
4.3 - TCE	662	1.964	196,8%
4.4 - TJ	41.966	53.335	27,1%
4.5 - MP	10.457	13.397	28,1%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	8.939	84.935	850,2%
TOTAL GERAL	21.438.297	24.286.932	13,3%

*Exclui despesas intra-orçamentárias

** Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de despesas correntes



As despesas de custeio cresceram 31,1% (+R\$927,58 milhões), com destaque para a despesa com sentenças judiciais e precatórios, que aumentaram 510% em relação ao mesmo período de 2007. Neste grupo, as despesas com Outros Serviços de Terceiros, aumentaram 8,5%—refletindo a redução de terceirizações como aquela mantida com a NUSEG e encerrada ao final de 2007, como outras medidas de economia que permitiram—por outro lado—implementar mudanças como a liberação da PM do encargo de manutenção da sua frota operacional (1,300 veículos sob contrato atualmente).

A aquisição de Material de Consumo também apresenta crescimento significativo, que reflete em parte uma execução mais homogênea ao longo do ano: apesar do crescimento de 33,5% em relação aos primeiros oito meses de 2007, a despesa até o final do quarto bimestre corresponde a apenas 59% da despesa anual de 2007. O crescimento das despesas com material de consumo se concentra basicamente na área de saúde, por conta da aquisição de medicamentos excepcionais (+R\$41,5 milhões), em muitos casos em atendimento a mandados judiciais represados de anos anteriores; material químico (+R\$17,8 milhões); e material cirúrgico de laboratório e enfermagem (+R\$13,7 milhões).

A despesa com sentenças e precatórios aumentou em 510% nos dois primeiros quadrimestres de 2008, sobre o mesmo período de 2007.

A melhora na execução também é flagrante no caso das despesas com bolsas, especialmente à conta da FAPERJ. O aumento de 46,9% nas bolsas para estudantes e de 158,2% no auxílio a pesquisadores refletem a normalização do funcionamento do aparato de apoio à pesquisa no Estado depois que o governo passou a honrar a vinculação de receita para essa área em 2007.

Em Outras Despesas de Custeio, o aumento de 61,6% concentra-se na recomposição da conta B no Rioprevidência (+R\$142,6 milhões) e nas despesas com obrigações tributárias

O aumento das despesas de consumo se concentra basicamente na aquisição de medicamentos excepcionais (+R\$ 45 milhões), material químico (+R\$ 17,8 milhões) e de material cirúrgico, de laboratório e enfermagem (+R\$ 13,7 milhões)

As despesas com sentenças judiciais e precatórios aumentaram em 510%

A execução do orçamento da FAPERJ tornou-se mais homogênea no segundo ano de cumprimento da vinculação da receita à Ciência e Tecnologia

e contributivas (Cofins, IR, PIS/PASEP, CSLL) com mais R\$114,7 milhões em relação ao mesmo período de 2007.

Tabela 15.1

	Até Ago/08	Até Ago/07	Varição	Em R\$ mil 2007
Outros Serv. de Terc. - PJ	2.175,54	2.004,34	8,5%	3.877,84
Outros Serv. de Terc. - PF	81,01	82,69	-2,0%	149,07
Material de Consumo	427,86	320,61	33,5%	724,52
Sentenças Judiciais	333,46	54,64	510,4%	265,86
Auxílio Financ. a Estudantes	49,90	33,96	46,9%	62,85
Auxílio Fin. a Pesquisadores	88,60	34,32	158,2%	142,22
Outras	864,30	534,93	61,6%	973,85
TOTAL	4.020,67	3.065,48	31,2%	6.196,21

As Outras Despesas Correntes cresceram 14,7% (+R\$918,69 milhões). Essas despesas foram impulsionadas pelo aumento da contribuição do Estado ao FUNDEB, enquanto a indenização à União que resultante da compra dos CFT em 1999 continuou a apresentar algum declínio.

Os investimentos apresentaram uma contração nominal de R\$76,57 milhões, em decorrência da contabilização do programa Nova Escola nas despesas de pessoal, o que representou a subtração de aproximadamente R\$100 milhões no investimento contabilizado pelo Estado. Ajustados para essa mudança, os investimentos aumentaram 4%.

Dentre os investimentos ocorridos nos primeiros dois quadrimestres de 2008, destacam-se as obras da Linha 1 do Metrô-Estação Ipanema (R\$60 milhões), obras de saneamento das bacias do entorno da Baía de Guanabara (R\$12,06 milhões) e esgotamento sanitário da Barra, Recreio e Jacarepaguá (R\$13,7 milhões). A liquidação das obras do PAC só começou a se acelerar a partir de agosto de 2008, após ser vencida uma série de restrições e obstáculos para sua concretização.

Dentre os investimentos até agosto se incluem as obras da Linha 1 do Metrô-Estação Ipanema, saneamento da Baía de Guanabara e Barra-Recreio e Jacarepaguá

IV. 3 Despesa por área de governo

Nesta edição do Boletim de Transparência Fiscal a análise da despesa por áreas se concentrará naquelas envolvidas com os

índices constitucionais, a saber, Educação, Saúde e Fundo Estadual de Conservação Ambiental - FECAM.

IV. 3.1 Saúde

Em 2000, a Emenda Constitucional – EC n.º29 fixou um percentual mínimo da receita corrente que deve ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde pela União, Estados e Municípios. Esse dispositivo tem como objetivo principal assegurar recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços de saúde pública. Nos Estados este percentual foi fixado em 12% dos recursos líquidos que tratam os artigos 155, 157 e 159 da Constituição Federal. A base de cálculo para a aplicação dos recursos do Estado na Saúde inclui impostos, transferências, além de multas e recursos obtidos pela execução da dívida ativa do Estado. Esta base apresentou crescimento de 11,03% nos dois primeiros quadrimestres de 2008, implicando a possibilidade de se aplicar R\$ 1,24 bilhão (Tabela 16).

As despesas que compõem o índice da Saúde estão a cargo das seguintes unidades orçamentárias: Fundo Estadual Saúde, Secretaria de Saúde e Defesa Civil, Instituto Vital Brasil e Hospital Pedro Ernesto (UERJ). O FES (Fundo Estadual de Saúde) é o principal executor, com participação de 98,73% do total previsto (Tabela 17).

A previsão do ano de 2008 para aplicação em ações e serviços de saúde está em R\$1,89 bi. Até o 4º bimestre, já foram empenhados R\$1,33 bi (70,26% da dotação), liquidados R\$1,09 bi (57,85% da dotação) e pagos R\$975,7 milhões (51,45% da dotação).

Comparando as despesas realizadas em 2007 e 2008 verifica-se um incremento de 28,6% (R\$244,1 milhões). A execução também se mostrou mais acelerada, com a liquidação de uma proporção maior das receitas já realizadas em 2008, sugerindo a possibilidade de que a despesa anual venha a superar o mínimo constitucional, até porque o orçamento destinado às

Tabela 16

Em R\$			
BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA SAÚDE			
Receitas Líquidas*	2007	2008	%
	Jan-Ago	Jan-Ago	
Impostos	8.621.044.818	9.514.919.953	10,37%
Transferências	523.816.017	650.024.287	24,09%
Multa (Impostos e Dívida Ativa)	130.231.772	124.068.056	-4,73%
Dívida Ativa	15.736.404	26.392.604	67,72%
Base de Cálculo	9.290.829.011	10.315.404.900	11,03%
Mínimo a ser aplicado em Saúde 12%	1.114.899.481	1.237.848.588	11,03%

*Receita deduzida de Transf. aos Municípios e FUNDEB

Fonte: SIG

Posição: 15.09.08

Tabela 17

Em R\$					
EXECUÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - JAN-AGO 2008 / Tesouro					
UNIDADE	DOT. INICIAL	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2901 SESDEC	340.910	340.910	128.190	4.000	4.000
2961 FES	1.880.196.548	1.872.356.548	1.316.741.052	1.081.643.663	961.606.885
2971 IVB	15.494.016	23.334.014	15.679.784	15.575.326	14.166.572
4043 UERJ	441.664	441.664	-	-	-
TOTAL GERAL	1.896.473.138	1.896.473.136	1.332.549.027	1.097.222.989	975.777.457

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 15/09/2008

As despesas com a saúde apresentaram incremento de 28,6% em 2008, comparado com 2007, refletindo entre outros fatores a implementação de uma interpretação mais exigente da EC n° 29

Tabela 18

Em R\$			
APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE			
DESCRIÇÃO	AGO 2007	AGO 2008	%
PESSOAL	392.599.009	441.996.825	12,6%
CUSTEIO	400.036.637	547.189.586	36,8%
INVESTIMENTO	2.986.432	56.229.695	1782,8%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	57.315.599	51.806.883	-9,6%
TOTAL DA DESPESA	852.937.677	1.097.222.989	28,6%
BASE DE CÁLCULO	9.290.829.011	10.315.404.900	11,0%
ÍNDICE - RECURSOS APLICADOS	9,18%	10,64%	15,9%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 15/09/2008

ações de saúde no exercício de 2008, de R\$ 1,89 bilhão, supera os 12% exigidos (Tabela 18).

A análise por grupo de despesa demonstra que em 2008, com exceção da amortização da dívida que apresentou queda de 9,6%, todos os demais grupos na área da Saúde apresentaram aumento significativo em relação a 2007.

O grupo de pessoal e encargos sociais apresenta um aumento de 12,6%, passando de R\$392,60 milhões em 2007 para R\$442,00 milhões em 2008, implicando em crescimento superior ao da folha de pagamento do Estado. Para o último quadrimestre, possivelmente haverá um aumento ainda maior nos gastos com pessoal devido ao início da admissão dos profissionais da área médica aprovados no recente concurso realizado pelo CBMERJ.

Os gastos em custeio passaram de R\$400,04 milhões em 2007 para R\$547,19 milhões em 2008, um incremento de 36,8%. Dentro deste gasto inclui-se a remuneração de mão de obra através de cooperativas e outros mecanismos de terceirização de serviços médicos, que apesar da expectativa de serem extintos continuam respondendo por parte muito significativa da despesa da saúde. Olhado pelo prisma das ações de saúde houve as seguintes evoluções:

- Despesas extraordinárias com epidemia da dengue no montante de R\$15,7 milhões;
- Aumento em R\$17 milhões na manutenção das atividades operacionais e administrativas da área da saúde;
- Aumento em R\$71,5 (34,3%) milhões nas despesas com assistência hospitalar e ambulatorial, refletindo em parte o custeio das nove UPAs implantadas até meados de agosto;
- Incremento de 53,8% (R\$1,6 milhão) nas ações voltadas para a proteção especial e social ao dependente químico;

A despesa de pessoal na Saúde (+12,6%) cresceu mais do que a média do Estado, sem contar o aumento de gasto da mão de obra fornecida por cooperativas e outras formas de terceirização, que contribuíram para o incremento de 36,8% no custeio da Saúde

Tabela 19

Em R\$	
DESPESAS COM DENGUE	
ITEM	VALOR
TENDAS	3.209.396
MEDICAMENTOS	601.251
TRANSPORTE E TELEFONIA	1.681.402
CAMPANHA/PUBLICIDADE	4.170.026
PESSOAL	6.039.540
TOTAL	15.701.615

Fonte: SESDEC

A despesa com medicamentos excepcionais, assim como a compra de medicamentos não padronizados vem crescendo; a elas se soma o pagamento de mais de três mil mandados judiciais represados de anos anteriores.

- Aumento em R\$6,9 milhões nas ações do Laboratório Central Noel Nutels;
- Acréscimo em 103,3% (R\$43,9 milhões) na gestão das ações de assistência farmacêutica, principalmente por conta da maior distribuição dos medicamentos excepcionais, maior volume de compras de medicamentos não padronizados pelo Ministério da Saúde - MS (zona cinzenta) e pelo atendimento de mandados judiciais represados de anos anteriores (cerca de três mil); e
- Aumento em R\$15,8 milhões na prevenção e assistência em hematologia e hemoterapia, entre outros.

Houve ainda significativo aumento nos investimentos, que passaram de R\$3 milhões em 2007, para R\$56,2 milhões em 2008, principalmente devido a:

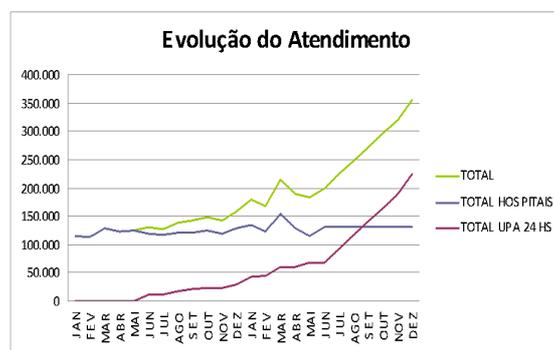
- 1) Reforma, construção e modernização da rede própria de saúde, incluindo hospitais e a construção das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs.
- 2) Reforma e construção de hospitais financiados por recursos do SUS em municípios do Estado.

Desde maio de 2007 foram entregues onze UPAs, sendo prevista a entrega de outras nove até o final de 2008¹⁴.

A estimativa inicial da média de atendimento de 300 pacientes/dia (por UPA) foi superada com alguma intensidade, o que aponta para uma média de 450 pacientes/dia. Nestes termos, o funcionamento de 20 UPAs aumentará a capacidade de atendimento do Estado em 3.285.000 intervenções/ano, com a expectativa de redução na demanda de serviços de emergência da rede hospitalar tradicional e a suplementação

O funcionamento de 11 UPAs dobrou a capacidade de atendimento da rede estadual de saúde, que passou de 120,000 atendimentos/mês para mais de 250,000 atendimentos/mês

Gráfico 4



¹⁴ Unidades de Pronto Atendimento inauguradas até 28/08: Maré, Irajá, Santa Cruz, Bangu, Campo Grande, Belford Roxo, Tijuca, Parque Laureano, Ricardo de Albuquerque, Botafogo e Nova Iguaçu. Cronograma de inaugurações até dezembro de 2008: Marechal Hermes, Sarapuí, Ilha do Governador, Jacarepaguá, Realengo, Madureira, HEAL-Fonseca, São Gonçalo e Vila Kennedy.



dos serviços básicos tipicamente ofertados pelas prefeituras. As estatísticas de meses recentes indicam que a capacidade de atendimento/mês da rede estadual de saúde já foi praticamente duplicada com as UPAs em funcionamento, e poderá se aproximar a 350,000 atendimentos/mês até o final de 2008 (Gráfico 4).

Além dos recursos do Tesouro Estadual aplicados na saúde, o Estado administra transferências da União efetuadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS (Box 1). Aproximadamente 2/3 desses recursos são destinados aos municípios que não têm estrutura para geri-los. Esta fração das transferências, portanto, apenas transitam no orçamento do Estado, que cumpre um papel de gestor de recursos de terceiros. O restante das transferências destina-se a ações de política de saúde acordadas em plano nacional. Assinale-se que estes recursos não contam para o cálculo do índice constitucional das despesas da Saúde, por não serem financiados por receitas do Estado.

Aproximadamente 2/3 dos recursos do SUS transferidos para o Estado do Rio são repassados para os 69 municípios que não dispõem de estrutura para os gerir de forma autônoma.



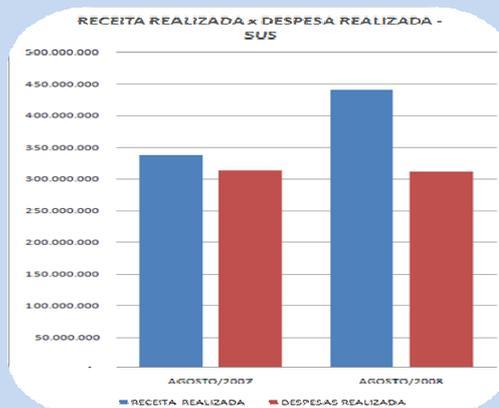
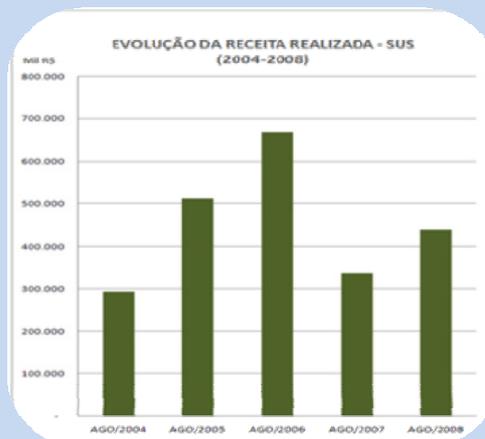
BOX 1: RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS

A maior parte das transferências do SUS para o Estado do Rio de Janeiro (70%) destinam-se essencialmente a facilitar o financiamento das atividades de saúde de municípios no Estado que não dispõem da gestão plena dos seus recursos da saúde. Estes recursos, portanto, não são do governo estadual, que apenas auxilia na sua administração. Os 30% restantes são aplicados basicamente em aquisição e distribuição de medicamentos, serviços de assistência móvel de urgência e assistência hospitalar e ambulatorial.

O volume de recursos repassados do SUS aumentou em 30,56% nos primeiros oito meses de 2008, comparado com o mesmo período de 2007, atingindo R\$440,6 milhões, contra R\$334,5 milhões em 2007¹. Esse crescimento se explica em parte por medidas no âmbito federal efetuadas em 2007, tais como o ajuste das tabelas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares e expansão da oferta de serviços e correção.

A comparação das transferências do SUS ao longo do tempo é afetada pela inclusão nestas transferências em 2005-6 da parcela do município do Rio de Janeiro, que na época não gozou da Gestão Plena de seus recursos. Com isto, as transferências do SUS ao Estado passaram de R\$293,5 milhões em 2004 para R\$668,8 milhões em 2006.

O montante de despesa financiada pelo SUS liquidada entre janeiro e agosto de 2008 (R\$ 311,4 milhões) caiu 0,82% em relação ao mesmo período de 2007, apesar da maior receita disponível. Esta queda da aplicação dos recursos disponíveis está concentrada no programa de trabalho “Ações e Serviços de Saúde Vinculados ao SUS” (ação 2770), que corresponde a recursos para financiar serviços de saúde prestados por clínicas privadas/públicas em 69 municípios que não têm estrutura para gerenciamento dos recursos do SUS. A defasagem estaria associada ao ritmo do envio de faturas pelo Ministério da Saúde para a Secretaria Estadual de Saúde.



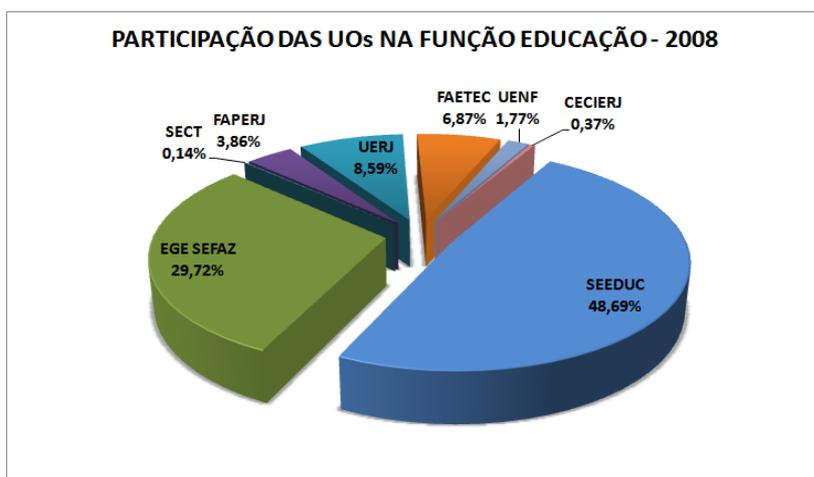
IV. 3.2 Educação

O Art. 212 da Constituição Federal estabelece como gasto mínimo para a manutenção e desenvolvimento do ensino, 25% das receitas de impostos e transferências do Estado.

Além da Secretaria Estadual de Educação--SEEDUC, diversas outras unidades orçamentárias (UO) do Estado financiam as

Nos dois primeiros quadrimestres de 2008, a base de cálculo para a despesa com a manutenção e desenvolvimento do ensino cresceu 14,8% em relação ao mesmo período de 2007.

despesas para a manutenção e desenvolvimento do ensino, notadamente a Secretaria de Ciência e Tecnologia, Fundação de Amparo à Pesquisa—FAPERJ, Universidade do Estado—UERJ, Fundação de Apoio à Escola Técnica—FAETEC, Universidade Estadual do Norte Fluminense—UENF, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância—CECIERJ, e Departamento Geral de Ações Sócio Educativas—Degase (Gráfico 5).

Gráfico 5


Nos dois primeiros quadrimestres de 2008, as receitas que entram na base de cálculo do índice da educação cresceram 14,78% em relação ao mesmo período de 2007, alcançando R\$ 12,18 bilhões (Tabela 20).

Além do expressivo crescimento dos recursos disponíveis para aplicação pela Educação—que somaram R\$ 3,05 bilhões até agosto, houve uma aceleração dessa aplicação (Tabela 21). De fato, no período até agosto a aplicação de recursos evoluiu mais rápido que o aumento de receitas, tendo crescido 18,5%. Como consequência, a despesa total já atingiu 23,23% da base de receita, enquanto em agosto de 2007 ela ainda correspondia apenas 22,53% da respectiva base.

Nos meses recentes, os recursos orçamentários do setor foram, além disso, aumentados em R\$191,96 milhões na esteira do reconhecimento do excesso de arrecadação em

Tabela 20

Em R\$			
BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA EDUCAÇÃO			
Receitas Líquidas*	2007	2008	%
	Jan-Ago	Jan-Ago	
Impostos	9.838.958.456	11.232.488.557	14,16%
Transferências	628.521.351	795.965.544	26,64%
Multa (Impostos e Dívida Ativa)	130.329.137	124.347.639	-4,59%
Dívida Ativa	18.634.185	32.295.037	73,31%
Base de Cálculo	10.616.443.130	12.185.096.777	14,78%
Mínimo a ser aplicado em Educação 25%	2.654.110.782	3.046.274.194	14,78%

*Receita deduzida de Transf. aos Municípios

Tabela 21

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (Em R\$)			
	AGO 2007	AGO 2008	%
PESSOAL	1.321.052.478	1.525.100.333	15,45%
CUSTEIO*	937.996.470	1.255.445.954	33,84%
INVESTIMENTO	128.906.804	43.348.263	-66,37%
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	6.716.982	-
TOTAL DA DESPESA	2.387.955.752	2.830.611.532	18,54%
BASE DE CÁLCULO	10.616.443.130	12.185.096.777	14,78%
ÍNDICE - RECURSOS APLICADOS	22,49%	23,23%	

*Inclui R\$686,71 milhões em 2007 e R\$841,15 em 2008 referentes à Perda Líquida do FUNDEB.

agosto. Desta suplementação, coube R\$25 milhões para a SEEDUC, R\$ 9,11 milhões para FAPERJ, R\$ 51 milhões para outros órgãos da função educação, e R\$106,86 milhões para as transferências ao FUNDEB.

A despesa de pessoal no ensino apresentou significativo dinamismo, crescendo 15,45%, mesmo sem incluir o pagamento dos inativos. Parte desse crescimento se explica pela reclassificação da despesa com o programa Nova Escola como despesa de pessoal—o que por outro lado levou a uma redução aparente do investimento no setor. O aumento de despesa suportado pelo Rioprevidência em decorrência dos aumentos salariais para a Educação de 4% e 8%, dados em 2007 e 2008, também alcançarem os inativos e pensionistas—como determina a lei—não contribui para o cálculo do índice do gasto na manutenção e desenvolvimento do ensino no Estado.

O crescimento de 33,84% no custeio do ensino se explica principalmente pelo aumento da contribuição do Estado para o FUNDEB, cujo valor líquido cresceu de R\$ 686,71 milhões em 2007 para R\$ 841,15 milhões em 2008, permitindo o Estado fortalecer o ensino ministrado pelos municípios fluminenses.

Apesar da aparente redução devida à reclassificação da despesa do programa Nova Escola, o investimento no setor tem sido significativo. A SEEDUC vem, por exemplo, dando continuidade ao Programa Conexão Professor, no qual foram aplicados R\$14,74 milhões com a aquisição de computadores portáteis (notebooks). Além disso, foram investidos R\$23,86 milhões na recuperação de unidades escolares da SEEDUC, FAETEC e UENF (Vide Anexo 8), enquanto a recuperação do Bloco F do Campus Negrão de Lima da UERJ custou R\$4 milhões.

As inversões financeiras de R\$6,71 milhões correspondem aos gastos na aquisição de um prédio escolar em Senador Camará, e na desapropriação de imóveis nos municípios de Varre-Sai, Itaperuna, Macuco, Valença e também no Rio de Janeiro (Praça Seca), visando à aceleração da ampliação da oferta de vagas na rede escolar desses municípios.

O aumento de despesa do Rioprevidência em decorrência dos aumentos salariais concedidos em 2007 e 2008 alcançarem os inativos e pensionistas não impacta o índice constitucional de gasto com a manutenção e desenvolvimento do ensino no Estado

A desagregação das despesas permite assinalar ainda o fortalecimento das seguintes ações na área do ensino:

SEEDUC:

Ação 1150 - Melhoria da Qualidade de Ensino da Rede Estadual: aumento de R\$4 milhões destinados ao treinamento e qualificação profissional dos gestores das unidades escolares, bem como aos serviços de transmissão de dados.

Ação 2117 – Gestão Financeira na Escola de Ensino Fundamental: aumento de R\$10,86 milhões (29%) nas despesas descentralizadas para a manutenção de unidades escolares.

FAPERJ: Aumento de R\$53 milhões (95%), concentrado na concessão de bolsas de pesquisas para graduados e pós-graduados.

UERJ, FAETEC e UENF: Aumentos de R\$10 milhões (27%), de R\$12,5 milhões (52%) e R\$1,25 milhões (19%), respectivamente, se verificam nas atividades de manutenção dessas unidades.

CECIERJ: A Fundação teve um incremento de R\$2,56 milhões (59%) basicamente nas ações de Formação Superior à Distância e Pré-Vestibular Social. Esta última foi criada em 2008 com objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior público gratuito e de qualidade usando a metodologia a distância.

IV. 3.3 FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental - FECAM, instituído pela Lei n.º 1.060, de 10 de novembro de 1986, tem como objetivo financiar projetos e programas ambientais¹⁵.

A despesa com a concessão de bolsas de pesquisa para graduados e pós-graduados pela FAPERJ aumentou em 95% (+R\$ 53 milhões) em 2008

¹⁵ O Fundo financia projetos ambientais e para o desenvolvimento urbano em todo o Estado do Rio de Janeiro, englobando diversas áreas, tais como reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, canalização de cursos

Os recursos do FECAM são oriundos de 5% dos royalties e participações especiais atribuídos ao Estado do Rio de Janeiro, bem como do resultado de multas administrativas e condenações judiciais aplicadas por irregularidades constatadas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente.

A volatilidade das receitas decorrentes das participações governamentais na produção de petróleo e gás no Estado implica a possibilidade de variações expressivas e imprevisíveis na base de cálculo das aplicações de recursos no FECAM. Ainda em agosto, coube ao FECAM R\$40,3 milhões adicionais em vista do crescimento daquelas receitas. Com isto, os recursos disponíveis até agosto (R\$213,4 milhões) vêm sendo aumentados de maneira significativa, exigindo a programação de novas ações em curto período de tempo.

Significativa parte dos recursos do FECAM é destinada ao saneamento. Inversões do Estado na CEDAE têm financiado obras de complementação do esgotamento sanitário na Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá e de saneamento nas bacias do entorno da Baía de Guanabara. O FECAM também tem financiado a atividade da SERLA na prevenção e controle de inundações.

Além da volatilidade das receitas, a aplicação dos recursos do FECAM encontra outros desafios, uma vez que envolvem projetos complexos que dependem de licenças e outros fatores que muitas vezes escapam ao controle do Estado. Os recursos do FECAM descentralizados para a Secretaria de Obras e a Companhia Estadual de Habitação, CEHAB, por exemplo, destinam-se à contrapartida de projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Por conta de atrasos na concessão de certas licenças para estes projetos—na maioria já superados depois da instalação de um grupo de trabalho reunindo os governos federal, estadual e municipal sob a liderança do Ministro das Cidades, sua execução não

Tabela 22

BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FECAM				
Receitas Líquidas*	2007		2008	%
	Jan-Ago	Jan-Dez	Jan-Ago	
Base de Cálculo (receita)	2.885.131.368	4.144.830.939	4.267.437.815	47,91%
Mínimo a ser aplicado do FECAM - 5%	144.256.568	207.241.547	213.371.891	47,91%
Total da Despesa	53.460.379	208.194.451	60.468.684	13,11%
Índice - recursos aplicados	1,85%	5,02%	1,42%	

*Receita deduzida de Transf. aos Municípios e FUNDEB

A volatilidade da base de cálculo dos recursos a serem aplicados pelo FECAM e seu uso em projetos que dependem de licenças e outros fatores fora do controle do Estado aumenta os desafios para o cumprimento dessa vinculação dentro do ano

alcançou ainda o ritmo projetado. Mesmo no caso de obras que avançam a bom passo, como a construção da Estação General Osório, a utilização dos recursos descentralizados para a RIOTRILHOS aguarda o aditamento do contrato firmado com o BNDES.

IV.4 Cota Financeira¹⁶

A instituição de cota financeira—ou seja, a predefinição dos recursos financeiros disponíveis para cada Órgão—vem desempenhando um papel importante no aprimoramento gestão dos recursos públicos. A sua implantação veio facilitar a programação do gasto por parte desses órgãos, o que também conferiu maior grau de segurança aos fornecedores e outros agentes que lidam com o Estado, os quais sabem agora com antecedência o valor de recursos financeiros disponíveis pelos órgãos a que prestam serviço.

Embora já estivesse em vigor desde fevereiro deste ano, a cota financeira foi implantada efetivamente no SIAFEM a partir de junho, após as adaptações necessárias no sistema. Desde então, o gasto efetivo tem correspondido a aproximadamente 70% da cota disponibilizada, cujo valor cumulativo foi de R\$3,19 bilhões ao final de agosto (Quadro 3 e Gráfico 6)¹⁷.

Gráfico 6



¹⁶ Os valores apresentados no Quadro 3 estão acumulados.

¹⁷ O valor da cota financeira até maio apresentado no Gráfico 6 reflete seu redimensionamento após a implementação do sistema no SIAFEM. Nesta época, convencionou-se o valor dos meses iniciais do ano como igual ao gasto efetivo—o que explica a proporção de 100% no uso da cota em referência aos quatro primeiros meses de 2008.

Quadro 3

VALOR AUTORIZADO - RESOLUÇÃO Nº 37 (20/06/2008)								
						→ IMPLANTAÇÃO NO SIAFEM		
FONTE DE RECURSO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
TESOURO	11.240.165	92.308.533	311.100.740	575.965.314	970.149.355	1.282.176.808	1.562.576.415	1.841.131.609
OUTRAS FR	15.130.009	35.631.986	120.850.660	209.167.838	565.528.816	818.562.607	1.087.514.353	1.351.590.927
TOTAL	26.370.173	127.940.519	431.951.400	785.133.151	1.535.678.171	2.100.739.415	2.650.090.768	3.192.722.536
VALOR REALIZADO								
FONTE DE RECURSO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
TESOURO	11.240.165	92.308.533	311.100.740	575.965.314	816.816.698	1.056.922.125	1.321.296.881	1.641.506.066
OUTRAS FR	15.130.009	35.631.956	120.850.660	209.167.838	299.878.029	397.879.646	487.217.883	587.738.989
TOTAL	26.370.174	127.940.489	431.951.400	785.133.152	1.116.694.727	1.454.801.771	1.808.514.764	2.229.245.055
% REALIZAÇÃO								
FONTE DE RECURSO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
TESOURO	100%	100%	100%	100%	84%	82%	85%	89%
OUTRAS FR	100%	100%	100%	100%	53%	49%	45%	43%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	73%	69%	68%	70%

V. Administração Financeira

V.1 Pagamento de PD's

A administração previsível e transparente dos pagamentos das Programações de Desembolso – PD do Estado vem se consolidando. De uma parte, o Tesouro continua priorizando o adimplemento das PD's das áreas prioritárias, cujo pagamento neste bimestre se deu no prazo médio de 12 dias, contados a partir da data de sua emissão. Esta emissão também deixou de ser aleatória, visto que os órgãos agora contam com cotas financeiras pré-estabelecidas, o que permite programarem seus gastos de maneira previsível. De outra parte, a publicidade das PD's pagas na página da Fazenda na Internet continua a ser feita regularmente, devendo ser adicionado em outubro um mecanismo de consulta por parte dos fornecedores.

O novo mecanismo de consulta na página da Fazenda na internet permitirá que o fornecedor verifique com antecedência a data em que a PD correspondente ao serviço que haja prestado será paga. Essa medida, junto à conformidade com os parâmetros de priorização de pagamento estabelecidos pelo Tesouro Estadual e a implementação da cota financeira, é

O Tesouro Estadual tem tomado várias medidas para aumentar a transparência e diminuir a incerteza sobre o pagamento dos fornecedores do Estado, também melhorando a previsibilidade do cumprimento das obrigações contraídas pelos Órgãos

O pagamento de PD's de áreas prioritárias no quarto bimestre se deu no prazo médio de 12 dias, contados a partir de sua emissão

mais um passo para reduzir a incerteza sobre o pagamento dos compromissos do Estado.

Os parâmetros de programação de pagamento das PD's expedidas por áreas não prioritárias tem beneficiado os órgãos que são mais diligentes na fase de ordenação. De fato, estes vêm suas obrigações quitadas com maior celeridade quando administram com maior eficiência sua cota financeira e a relação entre a data de faturamento e emissão das PD's. O prazo médio de adimplemento das Programações de Desembolso emitidas por estas áreas foi de 18 dias.

As medidas tomadas pelo Tesouro Estadual terão pleno alcance se no período a frente elas forem complementadas pela redução na quantidade de erros na emissão das PD's por parte das Unidades de Gestão nos órgãos de origem. Essa evolução é importante porque, por exemplo, o número ainda relativamente alto de PD's que se apresentam ao Tesouro com erros resultou em ligeiro aumento no prazo médio de quitação das obrigações no quarto bimestre. O aprimoramento na confecção das PD's permitirá maior celeridade no atendimento dos fornecedores do Estado e eficiência no gasto.

O novo mecanismo de consulta na internet reforçará a previsibilidade e transparência alcançada com a adoção de datas específicas de pagamento das PD's, nos dias 07, 15, e 25 de cada mês. Com ele, os fornecedores do Estado saberão com antecedência de oito dias as datas em que seus pagamentos serão efetuados.

Este serviço será acessível através de um caminho bastante simples¹⁸, a partir da entrada no sítio eletrônico www.fazenda.rj.gov.br, onde já se encontra a relação individualizada dos pagamentos efetuados pelo Tesouro Estadual. Esta publicação proporciona detalhes dos pagamentos por órgão, função, beneficiário, data de emissão

Os parâmetros de programação de pagamento estabelecidos pelo Tesouro beneficiam os órgãos que são mais diligentes na fase de ordenação da despesa

Além da publicação individualizada na internet das PD's pagas, o Tesouro Estadual lança em outubro de 2008 um mecanismo de consulta que permitirá ao fornecedor saber com antecedência a data do pagamento da PD emitida por conta do serviço prestado ou produto vendido. Ele saberá com 8 dias de antecedência se seu pagamento estará nos próximos adimplementos programados para os dias 7, 15 e 25 de cada mês

¹⁸ O caminho para o mecanismo de consulta é "Transparência Fiscal" → "Fornecedores" → "Programação de Desembolsos" → PD's 2008.

da PD, etc.. Ela se dá em até 2 dias após a realização dos pagamentos nas três datas programadas. A informação está disponível ao público geral em planilha eletrônica, permitindo seu carregamento no computador do consultante e sua indexação na ordem que mais convier à análise da despesa pública.

V.1.1 – Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

As medidas adotadas para controlar as despesas e tornar mais eficiente a execução das PD's influenciaram o adimplemento com concessionárias e prestadores de serviços públicos. Estas despesas constam hoje de programa de trabalho específico, com cotas financeiras estimadas de forma realista.

Todas as despesas que foram empenhadas e liquidadas em 2007 já foram quitadas, e as despesas do atual exercício vêm sendo pagas em dia. O pagamento tempestivo das faturas evita a cobrança de juros e multas sobre estes pagamentos em atraso.

As despesas com concessionárias totalizaram R\$ 117 milhões entre janeiro e agosto de 2008, representando um crescimento de 43% em relação ao mesmo período de 2007. Comparando-se igual período de 2008 com 2006 houve um aumento de 51%. Parte desse aumento explica-se pela determinação de se pagar pelos serviços de água e esgoto fornecidos pela CEDAE (Gráfico 7).

Em paralelo com a melhora do pagamento das concessionárias, o Estado tem renegociado os termos da prestação desses serviços. No caso das telecomunicações, houve leilão em 24 de março de 2008, e a implementação dos novos serviços – que deverão trazer expressivas economias ao Estado—vem sendo feita paulatinamente, ainda que não haja ainda data firme para a sua conclusão.

O estabelecimento de cotas financeiras realistas para os órgãos tem promovido o pagamento tempestivo das concessionárias, reduzindo as despesas com juros e multas

Os pagamentos a concessionárias entre janeiro e agosto de 2008 cresceram 43% em relação ao mesmo período de 2007, e agora inclui de forma sistemática a remuneração pelos serviços de água e saneamento proporcionados pela CEDAE

As tarifas de serviços devem diminuir com a implementação – ainda gradual – de novos contratos, especialmente na área de telecomunicações

As concessionárias e prestadores de serviços públicos também renegociaram seus créditos inscritos em restos a pagar processados, referente aos exercícios de 2002 a 2006. As principais empresas já aderiram ao programa de pagamento/parcelamento estabelecido pelo Decreto nº 40.874 publicado em 2007. De acordo com o cronograma de pagamento definido por este decreto, os credores já estão recebendo as primeiras parcelas, quitando assim as pendências anteriores a 2007.

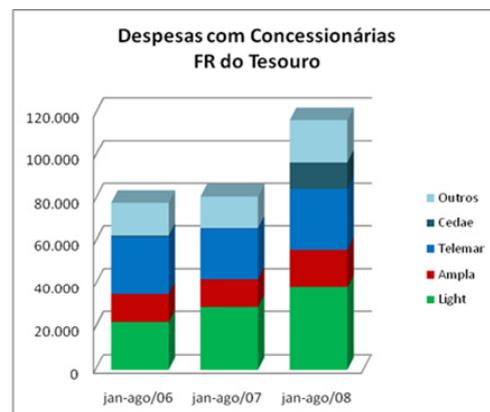
V.2 Aplicações de Recursos

O aprimoramento da estimativa de receita e a execução orçamentária racional, aliados a critérios objetivos de pagamento (data de pagamentos, correlação com a data da emissão da PD, etc), possibilitaram ao Estado rever as aplicações dos seus saldos financeiros.

Nos últimos meses o Estado vem migrando a maior parte dos seus investimentos para fundos com melhores taxas de rentabilidade e menores taxas de administração. Com isso, eliminaram-se fundos que rendiam apenas 0,4% ao mês, levando a taxa média das aplicações para aproximadamente 0,9% ao mês, o que criou um novo patamar de referência (*benchmark*) para o relacionamento com as diversas instituições financeiras públicas e privadas que servem ao Estado.

Além da migração para fundos de investimento com melhor desempenho, foram criados fundos exclusivos para atender o Estado, prática que deve se ampliar na medida em que a administração financeira for se aprimorando no Estado como um todo.

Gráfico 7



O Tesouro Estadual tem conseguido aumentar significativamente a remuneração dos seus saldos de recursos financeiros, gerando nova fonte de receita para a SEEDUC e outros órgãos do Estado

A migração de recursos para fundos mais competitivos estabeleceu uma remuneração de aproximadamente 0,9% a.m. como valor de referência (benchmark) para as instituições financeiras que servem ao Estado

V. 3 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

V.3.1 Restos a Pagar das Fontes Tesouro

A Administração Estadual prosseguiu implantando ações a fim de solucionar os restos a pagar inscritos nos exercícios de 2006 e anteriores.

O volume de restos a pagar novado com base no programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, instituído por meio do Decreto nº 40.874/2007, já alcançou R\$205.132.715,19. Destes, R\$ 32.461.407,91 já foram quitados.

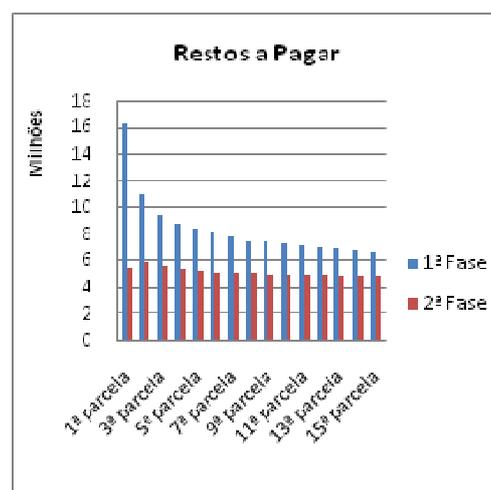
A 1º fase do programa contou com a adesão de 558 fornecedores. A estes já foram pagos R\$ 16.223.708,87 concernentes à 1ª parcela ou parcela única, e R\$ 10.208.522,45, referentes à 2ª parcela (Gráfico 8).

Outros 220 credores aderiram à segunda fase do programa e já receberam R\$ 6.029.176,59. Com isso, aproximadamente um terço dos 2.558 fornecedores de serviços e/ou produtos, do período de 2002 a 2006 já foram atendidos. Como forma de estender o alcance efetivo do programa, a lista desses fornecedores já foi publicada no Diário Oficial, e a Auditoria Geral do Estado reiterou orientação às Unidades Gestoras dos órgãos no sentido de contatarem seus fornecedores. Esta orientação da Auditoria Geral do Estado deve promover maior dinamismo na área da Saúde e em outras áreas em que a proporção de adesão ainda não tenha alcançado seu potencial de regularização, na medida da capacidade de comprovação da despesa por parte da Unidade Gestora.

O volume de Restos a Pagar Processados de 2002-2006 novados no Programa iniciado em 2007 já alcançou R\$ 205 milhões, dos quais R\$ 32 milhões já foram pagos

Mais de 750 credores já aderiram ao programa de Restos a Pagar, e a Auditoria Geral do Estado tem orientado as Unidades Gestoras dos órgãos a contatarem seus fornecedores que ainda não tenham aderido, na medida em que elas puderem validar os créditos já processados

Gráfico 8





V.3.2 Restos a Pagar da Fonte FECAM

Mais recentemente, o governo ampliou o esforço de regularização de passivos para alcançar o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e de Desenvolvimento Urbano – FECAM.

Para este propósito, foi publicado em 30 de julho de 2008 o Decreto nº 41.377, que define os critérios que serão empregados para os pagamentos dos restos a pagar processados no exercício de 2002 a 2006, suportados por fontes de recursos provenientes do FECAM (FR 04).

O Decreto responde a especificidades da fonte 04, estabelecendo que aqueles credores que forneçam descontos sobre o valor histórico das obrigações registradas no SIAFEM/RJ poderão ver seus créditos honrados em parcela única, ainda no exercício de 2008.

A fim de manter isonomia com o tratamento dispensado aos fornecedores que tinham créditos arcados com recursos de fonte do Tesouro Estadual (FR 00, 01, e 06), os credores com valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) não precisaram oferecer descontos para receberem em parcela única neste exercício.

Os Termos de Ajuste e Quitação de Restos a Pagar, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo decreto, já estão sendo celebrados com os credores, que deverão receber seus montantes nos próximos meses.

Os fornecedores que não quiserem conceder deságio também poderão assinar os Termos, porém, não receberão em parcela única neste exercício, salvo se o valor a receber for menor que R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). No caso de montantes maiores, uma primeira parcela até esse limite será recebida ainda em 2008.

O esforço de regularização dos débitos acumulados em gestões anteriores foi ampliado pelo Decreto nº 41.377 de 30 de julho de 2008 para resolver pendências do FECAM

O decreto responde a especificidades da fonte 04, prevendo quitação para os credores que aceitarem descontos ou tenham débitos abaixo de R\$ 50.000,00 e o pagamento parcelado para aqueles que não atenderem estas condições

O decreto permitirá sanear certa de R\$ 35 milhões de RP's de 2002-2006 empenhados e liquidados com recursos do FECAM, contribuindo para a regularização da operação passada deste fundo



Com esta medida, o Governo espera sanar cerca de R\$ 35 milhões de restos a pagar, inscritos nos períodos de 2002 a 2006, que foram empenhados e liquidados com fonte de recursos do FECAM, mas que por razões diversas ainda não haviam sido pagos.

V.3.3 Oferta Pública de Recursos

Como mencionado na edição anterior, o artigo 2º do Decreto Estadual nº 40.874, de 02 de agosto de 2007, que instituiu o programa de pagamento/parcelamento de restos a pagar processados nos exercícios de 2002 a 2006, previu exceção ao tratamento geral (artigo 1º), possibilitando a Secretaria de Estado de Fazenda antecipar as últimas parcelas do pagamento previsto no Programa, desde que oferecidos descontos pelo credor.

Com base nas experiências de outros Entes, identificou-se que oferta pública recursos seria uma metodologia factível e transparente para a antecipação do pagamento dos credores inscritos nesse programa. Este sistema funciona por intermédio de leilões eletrônicos, em que o credor oferta deságio para antecipar as parcelas negociadas com o Estado.

Com tal propósito, o Tesouro Estadual vem tomando uma série de providências. A primeira delas foi a contratação de instituição financeira capaz de disponibilizar sistema informatizado, através de ambiente web/internet, que torne viável a operacionalização dos leilões. A contratação de tais serviços foi realizada em 10/09/2008, por meio de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico (nº 39/2008). O Banco do Brasil foi a instituição financeira ganhadora do certame.

Também foi editada a Resolução nº 152 de 03 de setembro de 2008, a qual regulamenta o artigo 2º do Decreto Estadual nº 40.874, de 02 de agosto de 2007. Por fim, encontra-se em elaboração Edital da primeira Oferta Pública de Recursos, o

O Tesouro Estadual tem tomado providências para implementar o artigo 2º do Decreto nº 40.847 que prevê a antecipação das últimas parcelas do pagamento previsto no Programa de Restos a Pagar – RP's, desde que oferecidos descontos pelo credor.

Com vistas a oferecer um mecanismo de desconto dos RP's através de leilões no ambiente web/internet, o Tesouro Estadual efetuou em 10/9/2008 pregão eletrônico para contratação de instituição financeira que viabilize a plataforma operacional necessária à sua execução, do qual foi vencedor o Banco do Brasil

que deverá permitir a sua realização antes do final do ano. Com isto, os fornecedores que queiram ter algumas das suas parcelas quitadas poderão se habilitar neste sentido junto ao Tesouro Estadual.

V.4. Requisições Judiciais de Pagamento

V.4.1 Precatórios

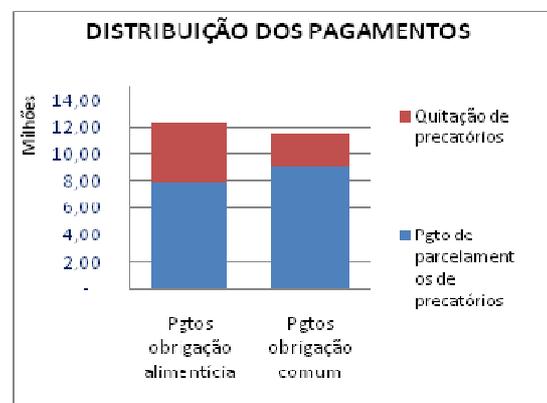
Prossegue a estratégia de priorizar o pagamento dos precatórios inscritos contra as entidades que estão mais atrasadas no cumprimento dessas obrigações. Neste sentido, a Procuradoria Geral do Estado negociou, nos meses de julho e agosto, 11 acordos de parcelamento de precatórios, viabilizando o pagamento deste e outros precatórios inscritos contra a administração direta do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente há 27 acordos de parcelamento de precatórios vigentes, representando um comprometimento mensal de aproximadamente R\$ 7 milhões, ou seja pouco mais da metade dos R\$ 12 milhões disponibilizados mensalmente pelo Tesouro Estadual para o adimplemento destas obrigações. Ao pagamento de precatórios soma-se o pagamento imediato de várias sentenças judiciais, com custo total para o Estado superior a R\$ 300 milhões no período de janeiro a agosto de 2008.

Como resultado dos parcelamentos e do avanço nas filas alcançado com eles, foram pagos 52 novos precatórios no quarto bimestre de 2008, sendo 44 de natureza alimentícia (R\$ 7.501.714,43) e 8 de natureza comum (R\$ 3.301.569,20). Considerando os acordos anteriores, o montante total de recursos empregados no pagamento de precatórios no quarto bimestre foi de aproximadamente R\$ 24 milhões (Gráfico 9). Entre a quitação de precatórios e o cumprimento de acordos, R\$ 12.364.185, foram utilizados em obrigações de natureza alimentícia e R\$ 11.564.654,57, em obrigações de natureza

A Procuradoria Geral do Estado tem acelerado a fila cronológica dos precatórios através de acordos de parcelamento dos pagamentos em até 72 meses

No quarto bimestre foram negociados 11 parcelamentos, levando o total de acordos em vigor a 27, os quais absorveram aproximadamente R\$ 7 milhões do R\$ 12 milhões atualmente disponibilizados mensalmente pelo Tesouro Estadual

Gráfico 9



comum, que em geral são provenientes de ações de desapropriação.

A negociação de novos precatórios aumentou em relação ao terceiro bimestre deste ano, quando haviam sido adimplidos 24 precatórios. Também os pagamentos totais aumentaram em relação aos R\$ 21 milhões pagos no terceiro bimestre.

Os números demonstram que o Estado está comprometido com o adimplemento dessas obrigações. O valor dos precatórios pagos nos primeiros oito meses deste ano (R\$ 86 milhões) representa um aumento de mais de 130% em relação aos pagamentos efetuados no mesmo período de 2007 e mesmo o pagamento total de precatórios em 2007 (Gráfico 10). O valor de pagamentos de precatórios em 2007 foi aproximadamente o dobro dos R\$ 37 milhões pagos em 2006 e bem mais que a média de pouco menos de R\$ 30 milhões observada nos doze meses de 2004 e 2005 (Figura ssfjslf). A expectativa de pagamento pelo Tesouro Estadual até o final de 2008 se aproxima de R\$ 120 milhões.

V.4.2 Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV

Nos meses de agosto e de setembro foram pagas 258 requisições de pequeno valor, representando o desembolso de aproximadamente R\$ 4,6 milhões dos cofres estaduais, o que significou um aumento de 394% em relação à despesa de R\$ 928,15 mil efetuada no terceiro bimestre de 2008.

Embora essas requisições de pagamento também sejam procedentes de condenações judiciais, dado o seu valor, inferior a 40 salários mínimos, as mesmas devem ser pagas em até 60 dias, não havendo necessidade de previsão orçamentária.

O volume de RPV's pagas nos primeiros oito meses deste ano aumentou cerca de 110% se comparado como mesmo

Gráfico 10

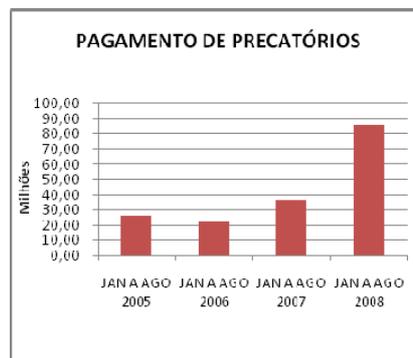


Tabela 22

PAGAMENTOS DE RPV - 2008		
MÊS	QUANT.	VALOR (R\$)
janeiro	76	551.498,34
fevereiro	38	319.345,96
março	141	909.194,24
abril	45	455.424,13
maio	47	359.660,37
junho	70	568.494,61
julho	75	2.707.101,75
agosto	183	1.880.845,70
Total	675	7.751.565,10

O pagamento de Requisições de Pequeno Valor nos primeiros dois quadrimestres de 2008 alcançou R\$ 7,55 milhões, representando um crescimento de 110% sobre o mesmo período de 2007

período de 2007, com forte aceleração no último bimestre (Gráfico 12).

Confrontando os números do 3º bimestre com os do 4º bimestre, constata-se que o Estado teve maior dispêndio no adimplemento dessas obrigações. Só no último bimestre foram pagas 310 requisições de pagamento judiciais (precatórios + requisições de pequeno valor), o que representou um gasto de cerca de R\$ 28 milhões.

V. 5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço

V.5.1 Dispêndio com a dívida pública

No 4º bimestre, o Estado do Rio de Janeiro desembolsou R\$ 465,27 milhões no adimplemento do serviço da dívida, sendo R\$ 110,12 milhões empregados na amortização dos empréstimos e R\$ 355,15 milhões no pagamento de encargos (Quadro 4). O valor pago foi abaixo do valor devido, visto que o valor pago dos contratos “intra limite” foi de 397 milhões, abaixo dos 528 milhões devidos pelo cálculo integral.

Embora haja mais de um contrato de financiamento inserido no cálculo da dívida “intra limite”—isto é, aquela dívida cujo serviço total é limitado a 13% da Receita Líquida Real—RLR do estado, o ajuste para o enquadramento do montante pago é feito por meio de apenas um contrato, isto é, daquele refinanciamento sob o amparo da Lei nº 9.496/97. O valor do serviço devido que exceda o limite de 13% da RLR é acrescentado ao saldo devedor residual daquele contrato para pagamento em até 10 anos após o vencimento do contrato, cujo prazo original era de 30 anos.

Os juros pagos nos principais contratos de refinanciamento do Estado superam o valor das amortizações. Isto se dá pelo fato dos contratos aderirem ao sistema de amortização price¹⁹, em

Tabela 23

Pagto. de RVP até agosto		
Descrição	2007	2008
Quantidade	594	675
Valor	3.793.666,14	7.751.565,10

No quarto bimestre de 2008 o Estado desembolsou R\$ 465,27 milhões para pagamento da dívida pública

O serviço da dívida do Estado do Rio devido à União excede o limite de 13% da RLR previsto na Lei nº 9496/97. O que tem gerado um resíduo a ser refinanciado em até dez anos ao final do atual contrato; este resíduo aumentou em mais de R\$100 milhões no quarto bimestre de 2008

¹⁹ Tabela Price - Consiste em um plano de amortização de uma dívida em prestações periódicas, iguais e sucessivas, dentro do conceito de termos vencidos, em que o valor de cada prestação, ou pagamento, é composto por duas

que a proporção da amortização aumenta ao longo do contrato. Como os contratos apenas alcançam o primeiro terço da sua duração, é natural que o peso dos juros seja maior que o da amortização.

O serviço da dívida externa, que por natureza é extralimite (e, portanto, tem seu serviço devido igual ao pago, salvo atrasos), teve um aumento com relação ao bimestre anterior, em razão do pagamento de R\$ 13,84 milhões ao BID em julho.

Quadro 4
R\$ mil

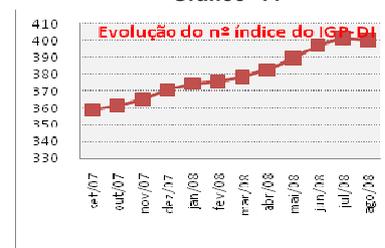
Dispêndio com a Dívida Pública pago no bimestre (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)													
	1º Bimestre			2º Bimestre			3º Bimestre			4º Bimestre			Δ % do total no bimestre
	Principal	Encargos	Total										
ADM. DIRETA	110.283	341.035	451.318	167.568	396.478	564.046	129.722	372.555	502.277	109.466	354.911	464.377	-7,55%
INTRALIMITE	66.856	316.057	382.913	65.860	349.875	415.736	97.084	356.773	453.857	67.156	330.532	397.688	-12,38%
LEI 9.496/97	7.312	200.313	207.625	2.582	230.978	233.560	371	237.612	237.983	-	208.894	208.894	-12,22%
STN/BACEN	42.928	103.852	146.779	43.890	104.691	148.581	45.406	106.780	152.187	47.427	109.956	157.383	3,41%
BONUS - DMLP/Estado	-	-	-	2.277	1.816	4.093	-	-	-	-	-	-	-
LEI 8.727/93 - Estado	10.252	8.523	18.776	10.431	8.365	18.796	10.620	8.209	18.828	10.825	8.059	18.884	0,29%
LEI 8.727/93 - Estado/Cehab	6.072	2.007	8.079	6.387	1.989	8.376	7.972	1.959	9.931	8.605	1.943	10.548	6,21%
LEI 8.727/93 - Estado/Boo ERJ em L. Extrajud.	292	80	372	294	79	373	296	77	373	298	76	374	0,27%
LEI 7.976/89	-	1.281	1.281	-	1.957	1.957	32.419	2.136	34.555	-	1.605	1.605	-95,36%
EXTRALIMITE	43.427	24.978	68.405	101.707	46.603	148.310	32.638	15.782	48.420	42.310	24.379	66.689	37,73%
LEI 9.424/96-FUNDEF	15.472	3.184	18.656	15.472	2.928	18.400	15.472	2.784	18.256	15.472	2.847	18.319	0,34%
LEI 9.496/97 - COMISSÃO	-	150	150	-	151	151	-	156	156	-	161	161	-
BNDES - METRÔ	15.582	13.845	29.427	15.659	14.439	30.098	15.783	12.665	28.448	15.797	14.715	30.512	7,25%
BNDES - PMAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CEF/PENAF	-	-	-	1.593	845	2.438	-	-	-	-	-	-	-
PARCEL. PIS/PASEP	1.741	-	1.741	1.770	-	1.770	-	-	-	1.372	-	1.372	-
PARC-INSS/FGTS após 30/09/91	2.443	-	2.443	2.653	-	2.653	1.383	-	1.383	2.485	-	2.485	79,71%
EXTERNA	8.189	7.800	15.988	64.560	28.240	92.800	-	177	177	7.185	6.655	13.840	7714,79%
ADM. INDIRETA HONRADA	621	244	865	2.586	1.806	4.393	643	240	883	659	239	897	1,62%
TOTAL	110.904	341.279	452.183	170.154	398.285	568.439	130.365	372.795	503.160	110.124	355.150	465.274	-7,53%
Informações complementares:													
Valor devido intra-limite	144.828	346.135	490.963	149.969	349.875	499.844	187.150	356.828	543.978	161.626	366.487	528.113	
Valor pago pelo limite (13% da RLR)	66.856	316.057	382.913	65.860	349.875	415.736	97.084	356.773	453.857	67.156	330.532	397.688	
Diferença incorporada no resíduo	77.972	30.078	108.050	84.108	0	84.108	90.066	55	90.121	94.471	35.954	130.425	

* Valores pagos no bimestre a preços correntes.

O estoque da dívida cresceu mais lentamente do que a receita líquida real do Estado, melhorando indicadores de solvência do Rio de Janeiro

V.5.2 Dívida Financeira x Receita Líquida Real

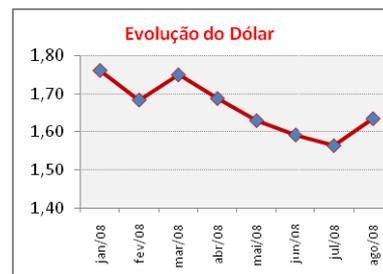
O estoque da Dívida Financeira do Estado fechou o 4º bimestre no valor de R\$ 51,50 milhões, 3% a mais que o bimestre anterior, devido ao crescimento do IGP-DI de junho e julho (3,03% no acumulado), o qual corrige o principal da dívida (Gráfico 11). O índice geral de preços IGP subiu de 360 para 400 nos doze meses seguintes a setembro de 2007.

Gráfico 11


parcelas distintas: uma de juros e outra de capital (chamada amortização). No caso dos contratos, cujo principal é indexado ao IGP-DI, tanto os juros quanto a amortização são recalculadas periodicamente mantidas as características do sistema Price.

A dívida externa, que nos últimos meses vinha apresentando uma redução em seu valor, cresceu 1,72% no 4º bimestre, devido à desvalorização do real frente ao dólar observada mais recentemente (Gráfico 12).

O indicador de solvência acordado entre a União e o Estado (a relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real) apresentou melhora no 4º bimestre. Esta relação diminuiu de 239% para 236% (Quadro 5). A redução pode ser atribuída ao aumento gradual da receita líquida real nos últimos 12 meses (3,67%), um pouco acima da tendência convencional de 3%, e da moderação do aumento do volume total de dívida financeira.

Gráfico 12

Quadro 5

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL - 2008					
	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	Δ % no bimestre
ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA	48.210.169	48.666.866	49.961.686	51.442.267	2,96
Interna	46.765.728	47.278.217	48.619.269	50.076.736	3,00
DÍVIDAS COM A UNIÃO	46.765.728	47.278.217	48.619.269	50.076.736	3,00
OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS	-	-	-	-	
Externa	1.444.440	1.388.649	1.342.416	1.365.531	1,72
COM AVAL DO TESOUREO NACIONAL	1.441.753	1.385.956	1.339.874	1.362.961	1,72
MOBILIÁRIA	2.687	2.694	2.542	2.570	1,10
ADM INDIRETA – CUSTEADA (F.TESOUREO)	71.697	69.439	66.625	67.398	1,16
DÍVIDA FINANCEIRA	48.281.865	48.736.305	50.028.310	51.509.665	2,96
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	20.302.685	20.640.523	20.919.001	21.806.747	3,67
RELAÇÃO DF / RLR	2,38	2,36	2,39	2,36	-1,23

* Valores a preços correntes.

V.5.3 Receita de Operações de Crédito

Em 2008, já foram liberados R\$ 115,83 milhões concernentes aos contratos firmados com o BNDES e o BIRD (Quadro 6).

Saliente-se que do valor total liberado até este momento, R\$ 1,15 milhão, foi destinado, no 4º bimestre, para a expansão da linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General

Em 2008 já foram liberados R\$ 115,8 milhões concernentes a empréstimos com o BNDES e BIRD, devendo a maior parte desses recursos ser aplicada no período a seguir

Osório (BNDES) – e R\$ 11,04 milhões para o Programa Estadual de Transporte – PET (BIRD). Dentre o valor a ser liberado no âmbito do PET há recursos para o pagamento de estudos para a formatação de proposta de bilhete único que possibilite a integração eficiente do transporte rodoviário e sobre trilhos na região metropolitana do Rio de Janeiro, condição prévia para a aprovação da operação PET-2, destinada a financiar a aquisição de novos trens com ar condicionado para operação pela Supervia, com o objetivo de aumentar a frequência média dos trens em Deodoro e Nova Iguaçu dos atuais 20 minutos para aproximadamente 6 minutos.

Novo empréstimo em negociação com o BIRD visa reduzir a espera entre trens nos principais eixos metropolitanos do Rio de 20 minutos para 6 minutos, e acelerar a integração em base econômica autônoma do transporte coletivo sobre pneus e trilho

Quadro 6
R\$ milhões

	2008		2009	2010	2011	2012	2013	APÓS	TOTAL
	Liberado	a Liberar	2013	a Liberar					
1. Operações de Crédito Contratadas	115,83	86,97	122,43	-	-	-	-	-	209,40
A - Operações contratadas com o SFN	115,83	86,97	122,43	-	-	-	-	-	209,40
1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.154 C	3,58	-	-	-	-	-	-	-	-
2. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.164 D	1,84	3,27	-	-	-	-	-	-	3,27
3.1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 A	-	3,30	-	-	-	-	-	-	3,30
3.2. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 B	1,06	3,28	-	-	-	-	-	-	3,28
4. BNDES - EXP. METRÔ - 12.1.169(GENERAL OSÓRIO)	56,05	64,09	102,95	-	-	-	-	-	167,04
5. BIRD - Programa Estadual de Transportes - ADICIONAL	50,29	2,53	17,98	-	-	-	-	-	20,51
6. BNDES - PMAE	3,00	10,50	1,51	-	-	-	-	-	12,01
B - Demais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	118,16	320,23	316,60	310,00	260,00	160,00	-	1.485,00
Total 1.+ 2. + 3.	115,83	205,13	442,67	316,60	310,00	260,00	160,00	-	1.694,40